

PROPOSTA DE RECONHECIMENTO DOS
REMANESCENTES DA MATA ATLANTICA
COMO RESERVA DA BIOSFERA
DA UNESCO

Fase III

OK

A - HISTÓRICO

Em continuidade às propostas já encaminhadas das Fases I e II da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, as quais já aprovadas em diferentes níveis, encaminhamos agora à consideração da UNESCO a Fase III deste projeto, que engloba áreas remanescentes nos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul, aprovada pelo Comitê Brasileiro do Programa MAB em maio de 1992. Dados e informações técnicas sobre a Mata Atlântica e sobre o histórico deste projeto podem ser encontrados nas introduções dos formulários encaminhados nas duas fases que antecederam esta aqui apresentada. Aí fala-se da importância dos remanescentes da Mata Atlântica e da necessidade de conservá-los e expandi-los em corredores tão contínuos quanto possível. Nesta Fase III damos continuidade à expansão desses corredores.

Esta proposta atual está dividida em dois blocos independentes. Um ao norte das áreas anteriormente apresentadas, representado pelo setor de Minas Gerais que é contínuo a área já proposta na Fase II nos Estados de São Paulo, Rio de Janeiro e Espírito Santo e a algumas áreas limítrofes do próprio Estado de Minas Gerais. Outro ao Sul representada por áreas dos Estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul contínuo à Fase I. Com o somatório das áreas aqui propostas concluímos a integração dos principais blocos de remanescentes da Mata Atlântica existentes nas regiões Sul e Sudeste do país, restando para uma Fase IV, os remanescentes do Nordeste.

Note-se que quanto mais avançamos para o Norte menores se tornam as áreas núcleo e mais extensas as zonas tampão e de transição. Essa situação reflete a realidade atual dos remanescentes. É no entanto importante saber que nas áreas tampão existem muitos remanescentes fracionados, porém, de grande significado para a preservação da biodiversidade que serão objeto de trabalhos de recuperação.

Informamos também que desde a apresentação da Fase II já realizamos em dezembro de 1991, um 1o. Seminário Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica, do qual participaram 200 pessoas de diversas regiões do país e demais setores da sociedade civil, dos governos e da comunidade científica.

Fruto desse Seminário foi preparado o 1o. Plano de Ação desta Reserva que foi publicado em dois volumes: o primeiro sobre Referências Básicas e o segundo sobre Projetos. Foi decidido nesse Seminário a realização de um encontro como esse a cada ano. O 2o. Seminário Nacional deverá ser realizado em Minas Gerais em dezembro de 1992. Também durante esse segundo Seminário pretende-se instalar o Conselho Nacional da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica com número paritário de representantes da sociedade civil e dos governos dando início assim a oficialização da gestão conjunta desta Reserva.

O processo de convite e montagem da representatividade da sociedade civil nesse processo de gestão começou durante a conferência do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. É de grande importância para ele a criação, que está sendo organizada, de uma rede de entidades não governamentais ambientalistas com trabalhos na Mata Atlântica. Muitas outras providências, que reforçam a idéia de proteção e recuperação dos remanescentes da Mata Atlântica, vêm sendo tomadas e a Reserva da Biosfera cuja Fase III aqui apresentada tem sido um dos principais elementos catalizadores dessas iniciativas.

Segue-se o formulário da proposta da Fase III da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

FORMULÁRIO DE PROPOSTA DE RESERVAS DA BIOSFERA

1. PAÍS: BRASIL

2. NOME OFICIAL DA RESERVA: MATA ATLANTICA (Fase III)

3. REGIÃO BIOGEOGRÁFICA: 8.7.1. - Serra do Mar segundo Udvardy M.D.F.(1975), A classification of biogeographical provinces of the world - IUCN - Occasional Paper No.18.

4. DIMENSÃO E CONFIGURAÇÃO ESPACIAL (VEJA O MAPA)

4.1 Dimensão da(s) zona(s) núcleo: 81.035 ha(MG)
699.451,4 ha(SC)
481.800 ha(RS)

4.2 Dimensão da(s) zona(s) tampão: 1.500.000 ha(MG),
1.713.989,5 ha(SC)
1.662.500 (RS)

4.3 Dimensão aproximada da(s) zona(s) de transição:
3.000.000 ha(MG)
396.109,7 ha(SC)
1.873.900 ha(RS)

5. ZONAS ADMINISTRATIVAS INCLUÍDAS NA RESERVA DA BIOSFERA PROPOSTA FASE III:

Se for incluída uma ou várias zonas administrativas contínuas (por exemplo, parque nacional, santuário natural, estação experimental) na(s) zona(s) núcleo e na(s) zona(s) tampão da reserva da biosfera proposta, indique o(s) nome(s) desta(s) zona(s) administrativa(s) e o(s) nome(s) da(s) autoridade(s) encarregada(s) de sua gestão.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS - MINAS GERAIS

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Nacional do Itatiaia	incluído Fase II	Dec. No. 1.713	14.05.37
Parque Nacional do Caparaó	incluído Fase II	Dec. No. 50.846	24.05.61
Área de Proteção Ambiental da Mantiqueira	incluída Fase II	Dec. No. 91.304	03.05.85

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS - MINAS GERAIS

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Florestal Estadual do Rio Doce	35.973	Dec. No. 5.831	06.07.60
Parque das Mangabeiras	235	Dec. No. 1.466	14.10.66
Parque Estadual do Itacolomi	7.542	Lei No. 4.495	14.06.67
Parque Florestal do Ibitipoca	1.488	Lei No. 6.126	04.07.73
Reserva Biológica Mata do Jambreiro	912	Lei No. 7.041	19.07.77
Estação Ecológica do Tripuá	486	Dec. No. 19.157	14.04.78
Área de Proteção Especial Mutuca	1.250	Dec. No. 21.372	01.07.81
Área de Proteção Especial Barreiro	1.406	Dec. No. 22.091	08.06.82
Área de Proteção Especial Taboão	49	Dec. No. 22.109	14.06.82
Área de Proteção Especial Bálamo	189	Dec. No. 22.100	14.06.82
Área de Proteção Especial Rola Moça	112	Dec. No. 22.110	14.06.82
Área de Proteção Especial Fechos	1.074	Dec. No. 22.327	03.09.82
Reserva Particular do Patrimônio Natural de Peti	1.311	Port. No. 51/83	22.09.83
Área de Proteção Ambiental Seminário Menor de Mariana	350	Dec. No. 23.564	11.05.84
Área de Proteção Especial Pico do Ibituruna	6.476	Dec. No. 22.662	14.01.85

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS - MINAS GERAIS

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Área de Preservação Permanente Gruta da Igrejinha	688	Dec. No. 26.420	09.12.86
Parque Estadual da Serra do Brigadeiro	32.500	Lei No. 9.655	20.07.88
Área de Proteção Especial Todos os Santos	16.000	Dec. No. 29.689	06.06.89
Área de Proteção Ambiental Cachoeira das Andorinhas	18.700	Dec. No. 30.264	16.10.89
Área de Proteção Ambiental Serra de São José	4.500	Dec. No. 30.934	16.02.90
Estação Ecológica do Papagaio	incluído Fase II	Dec. No. 31.368	02.06.90

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS - SANTA CATARINA

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Nacional de Aparados da Serra	10.250	Dec. No. 47.446	17.12.59
Parque Nacional de São Joaquim	49.300	Dec. No. 50.992	06.07.61
Estação Ecológica Federal dos Carijós	718	Dec. No. 94.656	20.07.87
Parque Nacional da Serra Geral	2.300	Dec. No. 531	20.05.92
Reserva Extrativista Marinha do Pirajubaé	1.444	Dec. No. 533	20.05.92

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS - SANTA CATARINA

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Florestal do Rio Vermelho	1.100	Dec. No. 2.006	21.09.62
Parque Estadual Serra do Tabuleiro	90.000	Dec. No. 1.260	01.11.75
Parque Municipal Lagoa do Peri	2.000	Dec. No. 1.408 Dec. No. 1.828	14.06.76 14.06.81
Reserva Biológica Estadual do Sassafras	5.068	Dec. No. 2.221	04.02.77
Reserva Biológica Estadual da Canela Preta	18.445	Dec. No. 11.232	20.06.80
Parque Estadual da Serra Furada	1.329	Dec. No. 11.233	20.06.80
Reserva Biológica Estadual do Aguaf	7.672	Dec. No. 19.635	01.07.83
Estação Ecológica do Bracinho	4.606	Dec. No. 22.768	16.06.84

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO FEDERAIS - RIO GRANDE DO SUL

NOME	AREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Nacional de Aparados da Serra	6.000	Dec. No. 80.406	1957
Estação Ecológica do Taim	32.000	Dec. No. 81.603	1978
Estação Ecológica Aracuri - Esmeralda	273	Dec. No. 86.061	1981
Reserva E. Ilha dos Lobos	2	Dec. No. 88.464	1983
Parque Nacional Lagoa do Peixe	34.000	Dec. No. 93.546	1986
Parque Nacional da Serra Geral	10.810	Dec. No. 531	1992

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTADUAIS - RIO GRANDE DO SUL

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
Parque Florestal do Turvo	17.491	Dec. No. 21.312	1947
Parque Florestal de Nonoai	17.489	Dec. No. 658	1949
Parque Florestal do Espigão Alto	1.319	Dec. No. 658	1949
Parque E. do Caracol	100	Dec. No. 22.576	1973
Parque E. do Tainhas	4.924	Dec. No. 23.798	1975
Parque E. do Ibitiria	415	Dec. No. 23.798	1975
Reserva Biológica do Scharlau	54	Dec. No. 23.798	1975
Parque E. do Delta do Jacuí	17.245	Dec. No. 24.385	1976
Parque Florestal Estadual de Rondinha	1.000	Dec. No. 30.645	1982
Reserva Biológica da Serra Geral	1.700	Dec. No. 30.788	1982
Reserva Biológica do Ibicuí-Mirim	598	Dec. No. 30.930	1982
Parque E. de Itapuã	5.533	Dec. No. 33.886	1991
Tombamento da Mata Atlântica	1.662.500	Edital de Notificação	1992

RESERVAS/ÁREAS INDÍGENAS

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
MG Área Indígena Krenak	4.000	Dec. No. 5.462	10.10.20
MG Posto Indígena Fazenda Guarani	3.600	Registro 18.148	29.01.74
SC Reserva Indígena de Ibirama	14.000	Dec. No. 545	13.06.75
RS Área Indígena Ligeiro	4.552	Dem. Gov. Est.	1911
RS Área Indígena Passo Grande	226	Dem. Gov. Est.	1911
RS Área Indígena Serrinha	11.950	Dem. Gov. Est.	1911
RS Área Indígena Caseros	1.003	Dem. Gov. Est.	1911
RS Área Indígena Ventarra	755	Dem. Gov. Est.	1911
RS Área Indígena Erechim	370	Dem. Gov. Est.	1911
RS Área Indígena Carreteiro	601	Dem. SPI*	1911
RS Área Indígena Votouro	1.805	Dem. Gov. Est.	1913
RS Área Indígena Guarita	23.183	Dem. Gov. Est.	1918
RS Área Indígena Caeté	750	Dem. Gov. Est.	1943
RS Área Indígena Nonoi	14.910	Dec. No. 13.795	1962

RESERVAS/ÁREAS INDÍGENAS

NOME	ÁREA (ha)	DOCUMENTO	DATA
RS Área Indígena Inhacorá	1.760	Lei Est. 4.826	1964
RS Área Indígena Cacique Doble	4.508	Port. 136	1969
RS Área Indígena Iraí	275	Port. 4.108	1987
RS Área Indígena Cantagalo	48	Dec. Mun. 018	1988
* SPI - Serviço de Proteção ao Índio			

OBS.: Das Unidades de Conservação abrangidas pela zona núcleo consideram-se como zona tampão as áreas de administração, e as áreas onde existem ocupações por comunidades tradicionais são consideradas como zona de transição.

Se a reserva da biosfera proposta consiste de várias zonas separadas geograficamente entre si e administradas por distintas autoridades, deverão proporcionar-se os nomes dessas zonas administrativas e os nomes das autoridades encarregadas de sua gestão. Neste caso (conceito de reservas da biosfera agrupadas), cada autoridade administrativa competente deverá completar um formulário adicional. A Secretaria do MAB distribuirá os formulários adicionais a quem os solicitar.

Seguem anexo formulários adicionais dos Estados de Minas Gerais, Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

6. LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA

6.1 Descrição geral (principais características geográficas dos arredores da Reserva da Biosfera proposta).

No Estado de Minas Gerais a área contemplada corresponde à sua porção oriental, englobando serras, cristas, colinas, superfícies aplainadas e depressões fluviais. Apresenta como cobertura vegetal os remanescentes da Floresta Atlântica e de seus ecossistemas associados.

No Estado de Santa Catarina a área de altitude da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica encontra-se alojada na vertente atlântica constituída por conjuntos orográficos pertencentes as serras do Mar e Geral. A Reserva desenvolve-se desde ilhas continentais, abrangendo grande parte da região costeira do Estado até as regiões serranas.

No Rio Grande do Sul a Reserva da Biosfera abrange as encostas leste e sul do Planalto Meridional, formação basáltica da era mesozoica, com altitudes que chegam a atingir 1.200m e a planície costeira, formação da era quaternária, com cordão lagunar contínuo em sua porção norte e lagoas esparsas ao sul. Caracteriza-se como uma grande restinga com mais de 600 km de extensão.

6.2 Divisão administrativa.

- Estado de Minas Gerais
- Estado de Santa Catarina
- Estado do Rio Grande do Sul

6.3 Cidade principal mais próxima:

- Belo Horizonte (Estado de Minas Gerais)
- Florianópolis (Estado de Santa Catarina)
- Porto Alegre (Estado do Rio Grande do Sul)

6.3.a. Número aproximado de habitantes:

- 2.000.000 habitantes (BH)
- 300.000 habitantes (FL)
- 1.200.000 habitantes (PA)

6.3.b. Distância desde o limite mais próximo da reserva da biosfera proposta:

- 0 km - de Belo Horizonte - MG
- 0 km - de Florianópolis - SC
- 0 km - de Porto Alegre - RS

6.4 Densidade demográfica aproximada da região (incluindo os habitantes transitórios, os nômades, etc.):

- 30 habitantes/km² (MG)
- 15 habitantes/km² (SC)
- 25 habitantes/km² (RS)

6.5 Latitude e Longitude:

A área está contida entre:

Trecho mineiro:

- Latitude de 15o.45' a 22o.48'S
- Longitude de 39o.56' a 46o.15'W

Trecho catarinense e gaúcho

- Latitude 25o.30' a 33o.45'S
- Longitude 48o.15' a 55o.15'W

7 REGIME DE POSSE:

7.1 Governo Nacional:

Principal Secundária

7.2 Governo Estadual ou Municipal:

Principal Secundária

7.3 Governo Local:

Principal Secundária

7.4 Organização privada de conservação:

Principal Secundária

7.5 Um particular, uma corporação ou um grupo de caráter privado:

Principal Secundária

7.6 Universidade ou instituto de investigação:

Principal Secundária

7.7 Organismo internacional:

Principal Secundária

7.8 Outros (enumerar):

Principal Secundária

0.1 Vários particulares:

8 PROTEÇÃO JURÍDICA DA ZONA NÚCLEO E DA ZONA TAMPÃO

8.1 Legislação Nacional:

Principal Secundária

8.2 Legislação Estadual ou Municipal:

Principal Secundária

8.3 Legislação Local:

Principal Secundária

8.4	Regulamentação administrativa:	<u>Principal</u>	Secundária
8.5	Decreto executivo:	<u>Principal</u>	Secundária
8.6	Propriedade:	<u>Principal</u>	Secundária
8.7	Acordos cooperativos:	<u>Principal</u>	Secundária
8.8	Designação voluntária:	Principal	Secundária
8.9	Outras (descrever):	Principal	Secundária

9 CARACTERÍSTICAS FÍSICAS

9.1 Clima:

A área de ocorrência da Mata Atlântica, no Estado de Minas Gerais, encontra-se sob o domínio da circulação do anticiclone subtropical do Atlântico Sul, caracterizado por ventos, com direção predominante de nordeste-este. A umidade da região é proveniente do Oceano Atlântico e transportada pelos ventos de nordeste. Em algumas áreas, como nas Serras do Espinhaço e da Mantiqueira a topografia influencia diretamente na formação das precipitações, onde são encontrados os maiores índices pluviométricos (1.800 mm). Os índices mínimos são encontrados na região do Médio Jequitinhonha e Mucuri, em torno de 700mm de chuva. As maiores temperaturas encontram-se no norte, sob domínio do clima quente, e as temperaturas mais baixas encontram-se no sul, sob o domínio do clima temperado. Segundo Golfari (1978), existem sete tipos climáticos distribuídos em toda área, a saber: andar montano baixo-úmido, superúmido, subtropical moderado úmido, subtropical úmido subúmido, tropical seco-subúmido, tropical úmido-subúmido e tropical seco.

Segundo a classificação climática da área de abrangência do Estado de Santa Catarina está sobre o domínio do clima mesotérmico com precipitação distribuída durante todo ano. Segundo Koeppen, enquadra-se no Grupo C uma vez que as temperaturas médias do mês mais frio estão abaixo de 18o.C e superior a 3o.C. Pertence ao tipo úmido (f), sem estação seca definida, pois não há índices pluviométricos inferiores a 60mm mensais. Portanto, predominam no Estado os climas Cfa - com verão quente e Cfb - com verão fresco.

No Estado do Rio Grande do Sul, o clima é temperado quente ou subtropical, sem estação seca definida. As chuvas são bem distribuídas durante o ano, embora com períodos de seca e de altas precipitação irregulares. As temperaturas são elevadas no verão, amenizadas pela altitude e baixas no inverno com ocorrência de geadas e ocasionalmente, nas regiões mais altas, de neve. Correspondem aos tipos: Cfa e Cfb da Classificação de Koeppen.

9.1.a. Temperatura média, máxima do mês mais quente: 24o.C(MG)
25o.C(SC)
22o.C(RS)

9.1.b. Temperatura média, ^{minima} máxima do mês mais frio: 14o.C(MG)
7o.C(SC)
3o.C(RS)

9.1.c. Média anual das precipitações:

- 1.200mm(MG)
- 1.154mm(SC)
- 1.250mm no litoral e 2.000mm no Alto Uruguai(RS)

9.1.d. Se as precipitações variam segundo as estações, número de meses úmidos por ano:

Em Minas Gerais as chuvas concentram-se na primavera e verão, abrangendo 6 meses de outubro a março, com exceção das zonas geográficas do Mucuri e do Médio Jequitinhonha em que os períodos úmidos são menos prolongados.

Em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul as chuvas são bem distribuídas o ano todo.

9.2 Topografia, hidrografia e oceanografia:

No Estado de Minas Gerais destaca-se o conjunto de terras elevadas correspondendo às serras da Mantiqueira, Caparaó e do Espinhaço, cujas altitudes variam de 1000 a 2000 metros. As altitudes máximas da Serra da Mantiqueira, estão na divisa com o Estado do Rio de Janeiro, onde a serra recebe a denominação local de "Maciço do Itatiaia", destacando-se o "Pico das Agulhas Negras", com 2787 m de altitude. Na divisa do Estado de Minas Gerais com o Espírito Santo, destaca-se, como prolongamento da Mantiqueira, a "Serra do Caparaó", onde se localiza o "Pico da Bandeira" como 2890m, considerado a ponto mais alto da região Sudeste. Parte desta região foi inserida na Fase II da Proposta. A Serra do Espinhaço, estendendo-se em direção norte não apresenta pontos culminantes, mantendo uma altitude média de 1300m, ultrapassando os 2000 metros no Pico do Itambé e no Pico do Sol em seu prolongamento com a denominação local de Serra do Caraca. As áreas rebaixadas, com níveis altimétricos abaixo de 500 metros, correspondem às depressões fluviais existentes a nordeste do Estado, atingindo nos médios cursos fluviais, níveis inferiores a 200 metros.

A região apresenta uma rede hidrográfica, extremamente rica, formada pelas bacias dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Braço Norte do Rio São Mateus, Doce, Paraíba do Sul integrando as bacias do leste e parte das bacias dos rios São Francisco e Paraná, representada pelo Rio Grande. Na região sul, onde ocorrem os altos índices pluviométricos, localizam-se as cabeceiras dos principais formadores dos rios Doce, Grande, São Francisco e do

Rio Paraíba do Sul. Constituem rios de grande importância para a economia mineira, sendo utilizados para geração de energia, abastecimento, pesca, etc. Os rios Braço Norte do Rio São Mateus, Mucuri, Jequitinhonha e tributários, banham a região nordeste do Estado, onde são frequentes os períodos de secas prolongadas, exercendo portanto, forte influência na economia regional.

No Estado de Santa Catarina as maiores altitudes são encontradas no planalto serrano, composto por altiplanos, onde os níveis altimétricos chegam a 1.827m na Serra da Anta Gorda. Na Serra do Mar, em alguns picos, registram-se altitudes que chegam a atingir 1.500m.

A área abrangida pelo Estado é caracterizada por uma intensa rede hidrográfica, formando as bacias dos rios Cubatão, Itajaí-Açu, Araranguá, Tubarão e Urussanga, localizadas na vertente atlântica das serras do Mar e Geral e as bacias do Rio Uruguai e Paraná representada pelo Rio Iguaçu, localizadas na região denominada vertentes do interior.

No Rio Grande do Sul a área compreende a Planície Costeira e as escarpas do Planalto Meridional. As terras altas do planalto, com relevo suave nas partes mais elevadas e movimentado nas áreas dissecadas. O planalto apresenta suas maiores altitudes a leste, baixando, gradativamente, até o Rio Uruguai na fronteira com a República Argentina. Ao sul, o planalto termina por escarpas mais suaves, sendo recortado por rios que correm para a Depressão Periférica, região de baixas altitudes.

As maiores bacias hidrográficas são as dos rios Uruguai e Jacuí. O Rio Uruguai tem suas nascentes junto à borda oriental do planalto, correndo para oeste e depois para o sul, constituindo o limite do Estado Rio Grande do Sul com o Estado de Santa Catarina e com a República Argentina. O Rio Jacuí nasce no planalto próximo a Passo Fundo, corre para o sul e atinge a Depressão Central onde segue rumo leste, vindo a formar com seus afluentes o Lago Guaíba e a Laguna dos Patos que despeja suas águas no Oceano Atlântico, pelo canal do Rio Grande. Pela escarpa oriental e sul do planalto descem ainda os rios Taquari - Antas, Sinos, Caí e outros de menor extensão, entre os quais destacamos o Rio Mampituba que desagua diretamente no oceano, enquanto os rios Três Forquilhas e Maquiné tem sua foz nas lagoas costeiras, chegando ao oceano pela barra de Tramandaí.

9.2.a. Altura máxima sobre o nível do mar:

2.100m (MG)

1.827m (SC)

1.200m (RS)

9.2.b. Altura mínima:

100 metros nas planícies do Rio Mucuri. (MG)
0 metros nas zonas costeiras e marinhas (SC)
0 metros nas zonas costeiras e marinhas (RS)

9.2.c. Profundidade máxima abaixo do nível médio do mar:

50 metros (SC).

9.2.d. Profundidade mínima (se proceder):

0 metros.

9.3 Geologia, geomorfologia e solos:

Em Minas Gerais a região pode ser dividida em 4 unidades fisicamente homogêneas, a saber: Serras, Planaltos Dissecados, Quadrilátero Ferrífero e Depressões.

A primeira unidade corresponde ao conjunto de serras do complexo Mantiqueira ao sul e do Espinhaço, localizado em sentido longitudinal, na parte central do Estado. Caracteriza-se, em sua maioria, por formas de relevo muito dissecadas, elaboradas sobre rochas da Associação Gnaisses/Granitos e do Super Grupo Espinhaço. Em função do declive acentuado os solos são pouco desenvolvidos.

Os Planaltos Dissecados abrangem a região sul do Estado, estendendo-se para leste, em direção a bacia do Rio Jequitinhonha. As formas de relevo elaboradas sobre as rochas, predominantemente, granito-gnáissicas do embasamento Pré-Cambriano, são colinosas ocorrendo cristas com vales encaixados.

O Quadrilátero Ferrífero constitui uma área com características geomorfológicas peculiares, localizado no setor meridional da Serra do Espinhaço. As formas de relevo foram esculpidas sobre o conjunto de rochas do Supergrupo Rio das Velhas (xistos, filitos, quartzitos, itabiritos, etc), denotando um intenso condicionamento estrutural e apresentando solos lateríticos.

As depressões formam um compartimento rebaixado de relevo ao longo dos rios Jequitinhonha, Mucuri, Doce, Paraíba do Sul e Grande. Predominam, nesta unidade, formas de relevo colinosas, com vales abertos e planícies fluviais. São encontradas coberturas aluvionares quaternárias.

Estado de Santa Catarina é composto por diversificadas formas de relevo, abrangendo desde as planícies quaternárias ao longo da costa marítima, até as formações serranas compostas pelas serras do Mar e Geral. A Serra do Mar constitui-se num prolongamento para o sul da escarpa do planalto Paulistano, apresentando-se como um conjunto de cristas e picos, separados por vales

profundos, com vertentes de forte declive. É composta por rochas ígneas do Pré-Cambriano, representadas, principalmente, por pigmatitos.

A Serra Geral formada pelas escarpas do planalto dos Campos Gerais, apresenta desníveis acentuados de até 1.000m, com direção geral N-S. As formas de relevo abruptas apresentam vales fluviais com profundidades superiores a 500m em suas nascentes, formando verdadeiros "canyons". Caracteriza-se por rochas de origem sedimentar que, associada à condição de diferenciação litológica, predispõe suas escarpas à incidência de processos erosivos.

Os solos que compõem a região do Estado de Santa Catarina são do tipo latossolos, com profundidade média de 2 a 3m e, litólicos, que são solos rasos característicos das regiões serranas.

No Estado do Rio Grande do Sul, a área compreende a Planície Costeira, formada por areias depositadas no Terciário e Quaternário, o Planalto constituído por basalto resultante de um grande derramamento de rochas efusivas ocorrido no Jurássico e que recobre o Arenito Botucatu, de idade triássica, o qual aparece nas bordas oriental e meridional do planalto. Em alguns lugares, morros testemunhos de arenito, capeados ou não por basalto caracterizam a paisagem. Uma terceira unidade geomorfológica, a Depressão Periférica, terras baixas ao sul do Planalto, apresenta maior complexidade geológica.

Na Planície Costeira predominam os solos arenosos (areias quartzosas), encontrando-se também solos hidromórficos. Na Depressão Periférica, há solos lateríticos e hidromórficos. O Planalto apresenta grande variedade de solos: solos litólicos, cambissolos, latossolos e brunizens. Grandes áreas do Planalto e da Depressão Periférica são ocupadas por associações de solos.

10 HABITATS E ESPÉCIES CARACTERÍSTICAS:

	DISTRIBUIÇÃO
10.a. Tipo de habitat:	<u>Regional</u> Local

Floresta Perenifólia Higrófila Costeira

Sua ocorrência é ligada ao relevo, pluviosidade e umidade, que condicionam uma fisionomia alta e densa, consequência da variedade de espécies pertencentes a várias formas biológicas e estratos, dos quais os inferiores vivem em ambiente bastante sombrio e úmido, sempre dependentes do estrato superior. O grande número de lianas, epífitas, fetos arborescentes e palmeiras, dá a essa floresta caráter tipicamente tropical.

O solo é praticamente desnudo, sendo encontrados aí, de um modo geral, apenas os elementos jovens, só sendo possível a sobrevivência de plantas tolerantes à sombra.

Não é uma vegetação uniforme em toda sua área, apresentando variações decorrentes do solo, topografia e do clima, tendo como elemento condicionante a exposição aos ventos que sopram do oceano até o interior.

Esta floresta, bem documentada pelos antigos viajantes, foi intensamente devastada desde a época do descobrimento, tendo sido palco da colonização do país, estando, ainda hoje, grande parte da população brasileira concentrada em sua região original de ocorrência. Por estas razões os remanescentes existentes devem ser preservados e as áreas de ocorrências já alteradas, recuperadas e manejadas racionalmente.

Espécies:

Canelas (*Nectandra* spp; *Aniba* spp; *Ocotea* spp); Jatobá (*Hymenaea courbaril* L); Ipês (*Iabebuia* spp); Angico (*Piptadenia* spp); Angico branco (*Adenanthera collubrina* Benth); Araça (*Psidium* spp); Brejauva (*Astrocaryum aculeatissimum*); *Psychotria* spp; *Casearia* spp; Figueira (*Ficus* spp); Ingá (*Inga* spp); Jaborandi (*Piper jaborandi* G); Maminha de porca (*Fagaria* spp); Mandioqueira (*Schefflera morototonia*); Palmito doce (*Euterpe edulis*); Araribá (*Centropodium robustum*); Bicuiba (*Virola* spp); Jacarandá (*Platyedidium* spp); Jacarandá cabiúna (*Dalbergia nigra*); Peroba rosa (*Aspidosperma polyneuron* M.Arg); Jequitibá branco (*Cariniana legalis*); Jequitibá (*Cariniana estrellensis*); *Vocovsia* spp; Pindaíba (*Guatteria* spp); Vinhatico (*Platymeria foliolosa* Benth); Folha de serra (*Sorocea ilicifolia* Miq.); Mamão do mato (*Jaracatia dodecaphylla*); Pau-leite (*Sapium* spp); Garapa (*Apuleia leiocarpa*); Pau d'oleo (*Myrocarpus frondosus*); Taubão (*Guarea pohlilii*); Pau d'alho (*Gallezia gorazema* Moq.); Açoite cavalo (*Luehea grandiflora* M); Genipapo (*Genipa americana*).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Institui o Novo Código Florestal:

"Artigo 10. - As florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens de interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se os direitos de

propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especificamente esta lei estabelecem."

"Artigo 2o. - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras;

e) nas encostas ou partes destas, com declividade superior a 45o, equivalente a 100% na linha de maior declive."

Lei Federal No. 7.803, de 18 de junho de 1989.

Altera a redação da Lei No. 4.771, de 15 de setembro de 1965 e revoga as leis Nos. 6.535, de 15 de junho de 1978 e 7.511, de 7 de julho de 1986.

"Artigo 1o. - A Lei No. 4.771, de 15 de setembro de 1965, passa a vigorar com as seguintes alterações:"

"Artigo 2o. -

a) ao longo dos rios, ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1) de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

2) de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;

3) de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;

4) de 200 (duzentos) metros para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura);

5) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros;

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e nos chamados "olhos d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

g) nas bordas dos tabuleiros ou chapadas, a partir da linha de ruptura do relevo em faixa nunca inferior de 100 (cem) metros em projeções horizontais;

h) em altitudes superiores a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a vegetação."

Constituição da República Federativa do Brasil

"TÍTULO VIII - Da ordem social

CAPÍTULO VI - Do meio ambiente

"Artigo 225

Parágrafo 4o.

a Mata Atlântica, a Serra do Mar e a Zona Costeira, ... são patrimônio nacional e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais."

Decreto Federal No. 99.547, de 25 de setembro de 1990

Dispõe sobre a vedação do corte, e da respectiva exploração, da vegetação nativa da Mata Atlântica, e dá outras providências.

"Artigo 1o. - Ficam proibidos, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica."

Decreto Federal No. 99.556, de 01. de outubro de 1990

"Artigo 1o. - As cavidades naturais subterrâneas existentes no território nacional constituem patrimônio cultural brasileiro, e como tal, serão preservadas e conservadas de modo a permitir estudos e pesquisas de ordem técnico-científica, bem como atividades de cunho espeleológico, étnico-cultural, turístico, recreativo e educativo."

Constituição do Estado de Minas Gerais

"TÍTULO IV - Da Sociedade

CAPÍTULO I - Da Ordem Social

SEÇÃO VI - Do Meio Ambiente

"Artigo 214

Parágrafo 7o. - Os remanescentes da Mata Atlântica, as veredas, os campos rupestres, as cavernas, as paisagens notáveis e outras unidades de relevante interesse ecológico constituem patrimônio ambiental do Estado e sua utilização se fará, na forma da lei, em condições que assegurem sua conservação."

Legislação do Estado de Santa Catarina

Lei No. 10.561, de 27 de dezembro de 1991

Dispõe sobre a política florestal no Estado de Minas Gerais.

"Artigo 23 - A cobertura vegetal e os demais recursos naturais dos ecossistemas especialmente protegidos nos termos da Constituição do Estado - remanescentes da Mata Atlântica, veredas, cavernas, campos rupestres e áreas de relevante interesse ecológico - ficam sujeitos à proteção estabelecida em lei.

Parágrafo 1o. - Os remanescentes da Mata Atlântica, como tais definidos pelo poder público, somente poderão ser utilizados através de corte seletivo, proibido o corte raso mediante técnicas e condições que assegurem sua conservação e garantam a estabilidade e perpetuidade desse ecossistema.

Constituição do Estado de Santa Catarina

CAPÍTULO VI
DO MEIO AMBIENTE

Art. 184 - São áreas de interesse ecológico, cuja utilização dependerá de prévia autorização dos órgãos competentes, homologada pela Assembléia Legislativa, preservados seus atributos especiais:

- I - a Mata Atlântica
- II - a Serra Geral
- III - a Serra do Mar
- IV - a Serra Costeira
- V - as faixas de proteção d'águas superficiais
- VI - as encostas passíveis de deslizamentos

Constituição do Estado do Rio Grande do Sul

Art. 251 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, impondo-se ao Poder Público o dever de defendê-lo, preservá-lo e restaurá-lo para as presentes e futuras gerações, cabendo a todos, exigir do Poder Público a adoção de medidas nesse sentido.

Parágrafo 1o. - Para assegurar a efetividade desse direito, o Estado desenvolverá ações permanentes de proteção, restauração e fiscalização do meio ambiente, incumbindo-lhe primordialmente:

- VII - proteger a flora, a fauna e a paisagem natural, vedadas as práticas que coloquem em risco sua função

ecológica e paisagística, provoquem extinção de espécies ou submetam os animais à crueldade.

- XII - fiscalizar, cadastrar e manter as florestas e as unidades públicas estaduais de conservação fomentando o florestamento ecológico e conservando na forma da lei, as florestas remanescentes do Estado.

Lei No. 9.519/92

Institui o Código Florestal do Estado do RS e dá outras providências.

Art. 38 - Ficam proibidos, por prazo indeterminado, o corte e a respectiva exploração da vegetação nativa da Mata Atlântica, cuja área será delimitada pelo Poder Executivo.

Edital de Notificação do Tombamento da Mata Atlântica no RS, em 21.07.92

Das Normas Gerais:

- Não será permitido o corte de florestas nativas e formações sucessoras localizadas ao longo dos rios Jacuí, Sinos, Caí, Pelotas, Taquarí-Antas, numa faixa de 100m, medida horizontalmente a partir da cota média das enchentes ordinárias.

10.b. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Floresta Subcaducifólia Subtropical com Araucária

Ocorre com as mesmas espécies ou semelhantes às indicadas na Floresta perenifolia higrófila costeira. Sua ocorrência está ligada a um clima mais ameno, bem como a solos mais ricos e profundos. Estruturalmente é constituída de um estrato superior dominado pelo pinheiro (Araucaria angustifolia), com uma altura média de 20 metros, solo no qual surge um outro estrato arbóreo, com elementos de cerca de 10m de altura em que predominam espécies das famílias Mirtáceas, Lauráceas e Leguminosas, e finalmente um estrato arbustivo-herbáceo onde sobressaem Mirtáceas, Compostas, Melastomatáceas, Mirsináceas, Ciperáceas, Oxalidáceas, Verbenáceas e Solanáceas. Dois fetos arborecentes sobressaem nesta floresta: xaxim (Dicksonia sellowiana e Alsophila elegans). Consta-se ainda uma riqueza em epífitas, representadas sobretudo por Bromeliáceas, Orquidáceas, Gesneriáceas e Polipodiáceas. O grau de umidade em certos pontos é traduzido pela presença de musgos.

Espécies:

Pinheiro brasileiro (Araucaria angustifolia), Pinheiro-bravo (Podocarpus lambertii), Casca-de-anta (Drimys brasiliensis), Bracatinga (Mimosa scrabella), Goiabeira-serrana (Myrcogenia euosma), Camboim (Siphonogenia reitzii), Espinho de São João (Berberis laurina), Ipê-da-serra (Tabebuia alba), Sapopema (Sloanea monosperma), etc.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior - 10.a.

10.c. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Floresta Estacional Subtropical (Floresta Estacional Decídua e Semidecídua).

É uma floresta alta e densa, com o estrato superior descontínuo e formado por espécies, na maioria caducifólias, na encosta meridional da Serra Geral, nos vales dos afluentes do Jacuí provenientes do Planalto e nas áreas adjacentes do Planalto onde se mistura à Floresta com Araucaria. Na parte leste da Depressão Periférica há uma mistura de espécies com a floresta costeira. Espécies da mata estacional migraram para o norte do Estado do Rio Grande do Sul ao longo da Serra Geral, chegando ao Estado de Santa Catarina.

Espécies:

Angico vermelho (Parapiptadenia rigida), Cavriuva (Myrcarpus frondosus), Guatambu (Balfourodendron riedelianum), Louro (Cordia hypoleuca), Varana (Cordylone dracaenoides), Cincho (Soroea bonplandii).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior - 10.a.

10.d. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Cerradão

Considerado como ecossistema associado à Mata Atlântica e integrante do bioma do cerrado, constitui uma classe de floresta típica das regiões centrais, formada de espécies do cerrado e desprovida, quase inteiramente, de gramíneas e subarbustos

campestres. Inclui, também, nas áreas de transição os demais tipos de cerrado, sendo abrangido, nesta reserva, de forma subsidiária, apenas como componente intersticial. É um tipo de vegetação savanóide, encontrada comumente em áreas de relevo plano (planaltos); em solos geralmente ácidos e deficientes em numerosos elementos químicos. Em geral ocorrem em regiões onde há uma estação seca que, pode perdurar 4-5 meses, ocorrendo chuvas nos meses restantes, num total que oscila em torno dos 1400-1500 mm. Apesar da vegetação dos cerrados apresentar aparências xero-morfa, no ambiente do cerrado não ocorre falta de água para a sua vegetação natural, já que são os fatores edáficos, que são os responsáveis pela ocorrência e persistência desta formação.

No cerradão típico encontram-se as seguintes espécies: Sclerolobium aureum, Machaerium opacum, Dalbergia violacea, bowdichia virgilioides, Artromium fraxinifolium e muitas representantes do cerrado propriamente dito. Nos demais tipos de cerrado encontram-se entre as famílias mais comuns as: Gramíneaceae, Cyperaceae, Leguminoseae, Verbenaceae, Compositae, Anonáceae, Bignoniaceae, Moraceae, Euphorbiaceae, Anacardiaceae, Convolvulaceae, Amorantaceae, Apocinaceae, Mirtaceae, Sapindaceae, Cucurbitaceae, Rubiaceae.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as algumas medidas descritas no item anterior - 10.a. a saber:

Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965 e Lei Federal No. 7.803, de 18 de junho de 1989.

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

10.e. Tipo de habitat:

Campos de Altitude

São os encontrados sobre os planaltos das montanhas cristalinas próximas ao litoral, pertencentes aos sistemas da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira, acima do limite arbóreo, de aproximadamente 1800-2000 m para o alto.

Estes planaltos são irregulares do ponto de vista topográfico, mas ecologicamente aproximam-se das condições dos campos centrais. Apesar de chover bastante nestas elevadas regiões costeiras, a vegetação campestre é nítidamente xerófila porque há uma estação seca no meio do ano e o solo é raso; além disso, a radiação solar é intensa graças à altitude.

Nas partes mais altas do Planalto, no Rio Grande do Sul, embora em altitudes entre 800 e 1.200m, encontram-se os Campos de Cima da Serra, também considerados campos de altitude.

Este ambiente não possui um grande número de espécies, mas algumas se destacam na cobertura destes campos, não só por serem exclusivas deles, mas sobretudo pela constância e fisionomia:

Cabeça-de-negro (Cortadeira modesta), Bambuzinho (Chusquea pinifolia), Cladium ensifolium - Cyperaceae: Baccharis discolor - Composita. Além destas aparecem os gêneros Roupala, Rapanea, Vismia, Budleia, e as famílias botânicas das compostas, Melastomáceas e Ericáceas estão também representadas.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965

Institui o Novo Código Florestal.

Art. 2o - Consideram-se de preservação permanente pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

h) em altitudes superior a 1.800 (mil e oitocentos metros, qualquer que seja a vegetação.

Lei Federal No. 7.803, de 18 de junho de 1979

Altera a redação da Lei No. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

"Art. 2o -

b) de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

DISTRIBUIÇÃO

10.f. Tipo de Habitat:

Regional Local

Campos Rupestres

Os Campos Rupestres ocorrem em altitudes de cerca de 1000m ou mais, em solos de pouca profundidade e muito pedregosos, cuja capacidade de armazenar água é muito pequena. As temperaturas que chegam a ser elevadas durante o dia, descem muito à noite, especialmente no inverno, quando podem ocorrer geadas. A luminosidade é muito intensa. Em tal ambiente vive uma vegetação rasteira, dela sobressaindo arbustos de diversos portes, especialmente das famílias Melastomáceas, Litráceas, Compostas e Ericáceas, de folhas muito reduzidas como a Microlicia e Lavoisiera (Melastomáceas) e gêneros Licnophora (Compostas) e Gaylussacia (Ericáceas). Duas famílias muito frequentes e características desta vegetação são as Eriocauláceas e as Veloziáceas.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965

Institui o Novo Código Florestal

Art. 2o - Consideram-se de preservação permanente pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

c) nas nascentes, ainda que intermitentes e no chamados "olho d'água, qualquer que seja a sua situação topográfica, num raio mínimo de 50 (cinquenta) metros de largura;

d) no topo de morros, montes, montanhas e serras.

DISTRIBUIÇÃO

10.g. Tipo de habitat:

Regional Local

Floresta Riparia ou de Galeria

Em geral os cursos d'água dos campos cerrados e cerradões, são acompanhados por florestas perenifólias, via de regra com espécies de folhas pequenas e em regiões mais secas, misturadas em grande porcentagem com árvores decíduas.

A vegetação mais viçosa é consequente tanto do elevado grau de umidade como por outras condições favoráveis do solo, atingindo alturas de até 25 metros.

Algumas espécies mais comuns podem ser citadas:

Ilex paraguariensis, *Chlorophora tinctoria*, *Xylocopa venosum*, *Spondias lutea*, *Ipomoea* spp; e ainda: *Cecropia*, *Terminalia*, *Didymopanax*, e muitas leguminosas dos gêneros: *Copaifera*, *Inga*, *Piptadenia*, *Pithecolobium* e *Enterolobium*. Entre as palmeiras citam-se principalmente *Mauritia*, *Astrocaryum* e *Bactria*.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Art. 2o - Consideram-se de preservação permanente pelo só efeito desta Lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

a) ao longo dos rios ou de qualquer curso d'água desde o seu nível mais alto em faixa marginal cuja largura mínima seja:

1 - de 30 (trinta) metros para os cursos d'água de menos de 10 (dez) metros de largura;

- 2 - de 50 (cinquenta) metros para os cursos d'água que tenham de 10 (dez) a 50 (cinquenta) metros de largura;
- 3 - de 100 (cem) metros para os cursos d'água que tenham de 50 (cinquenta) a 200 (duzentos) metros de largura;
- 4 - de 200 (duzentos) para os cursos d'água que tenham de 200 (duzentos) a 600 (seiscentos) metros de largura;
- 5 - de 500 (quinhentos) metros para os cursos d'água que tenham largura superior a 600 (seiscentos) metros.

DISTRIBUIÇÃO

Regional Local

10.h. Tipo de habitat:

Matas de Várzeas

Têm composição variável com sua maior ou menor proximidade de cursos d'água e ocorrem em terrenos mais ou menos elevados. Isto resulta num período de alagamento variável, sendo temporariamente inundadas e o período de alagamento é tanto maior quanto mais próximas dos rios. Nestas várzeas, são comuns árvores grandes e frondosas, pertencentes a inúmeras famílias, como: Leguminosas, Sapotáceas, Maráceas, etc. São citadas espécies como: pau-mulato (*Calycophyllum spruceanum*); o cumaru (*Coumarona odorata*), espécies dos Gêneros *Parkia*, *Andina*, *Hymenaea* e as palmeiras não faltam.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior - 10.g.

DISTRIBUIÇÃO

Regional Local

10.i. Tipo de habitat:

Brejos

São ambientes onde existe água em grande quantidade. Seu excesso aparece à superfície e persiste o ano todo, geralmente, embora em certas épocas a quantidade de água existente seja maior que em outras. Os brejos aparecem em terrenos de pequena inclinação, tendo o solo, camadas impermeáveis próximas à superfície e ocorrência de rochas não decompostas, fatores estes que impedem a drenagem por escoamento superficial ou por infiltração, mantendo o solo encharcado.

Entre as espécies mais comuns dos brejos está a taboa (*Typha domingensis*); o aguapé (*Eichornia crassipes*); a *Jussieuia* spp; o Lírio-de-brejo (*Hedychium coronarium*) e muitas Ninféaceas são muito comuns deste tipo de ambiente.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:
Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior - 10.g.

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

10.j. Tipo de habitat:

Restingas

Formação vegetal típica de terrenos arenosos composta por comunidades vegetais bem diversas, como campos ralos de gramíneas, mata fechadas de até 12 metros de altura ou brejos com densa vegetação aquática.

A vegetação das restingas apresenta zonas bem definidas. A complexidade das comunidades aumenta na medida em que estão mais distantes do oceano e a composição florística é determinada pelos fatores ambientais locais, como a topografia, a proximidade do mar, as condições do solo, a profundidade do lençol freático, bem como pelas diferentes interrelações biológicas entre os componentes das diferentes comunidades. São consideradas áreas de extensão de espécies animais e vegetais característicos de outros ecossistemas, que nelas ocorrem em razão da diversidade das condições físicas que apresentam.

No geral a vegetação da restinga apresenta indivíduos com folhagem miúda e densa, muitas vezes coriáceas, nas áreas onde se apresentam agrupadas, enquanto que nas partes onde a vegetação é descampada, a folhagem é reduzida. O sistema radicular é geralmente ramificado quase que superficial, permitindo a retenção de maior umidade.

Devido às condições de localização e principalmente de topografia, este habitat encontra-se bastante alterado, a nível nacional.

Espécies:

Abricô-da-praia (*Labramia boieri*), Açaroçoba (*Hydrocotyle umbellata*), Algodoeiro-da-praia (*Hibiscus illiaceous*), *Alternanthera marítima*, Ananás (*Ananas bracteatus*) Aroeira-pimenteira (*Schinus terebinthifolius*), Assa-peixe (*beohmeria platyphylla*), Barba-de-boi (*Remirea marítima*), Babosa-de-pau (*Philodendron martianum*), Brejaúva (*Astrocarium aculeatissimum*), Cactus (*Cereus* spp), Caeté (*Maranta* spp), Capotiraguá (*Iresine portulacoides*), Caracuatá (*Bromélia* spp), Comandaiba (*Sophora tomentosa*), Gravatá (*Aechmea* spp), Imbé (*Philodendron* spp), Indaiá (*Attalea* spp), Jacatirão (*Miconia* spp), Jerivá (*Arecastrom romanoffianum*), Orquidea-da-praia (*Epiderdrom moseni*), Orelha-de-onça (*Tibouchina holosericea*), Suinã (*Erythrina speciosa*), Tapiá (*Alchornea sidaefolia*), Timbó (*Paullinia trigonia*), Tucum (*Bactris lindmaniana*).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:
Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Institui o Novo Código Florestal

"Artigo 10. - As Florestas existentes no território nacional e as demais formas de vegetação, reconhecidas de utilidade às terras que revestem, são bens do interesse comum a todos os habitantes do País, exercendo-se o direito de propriedade, com as limitações que a legislação em geral e especificamente esta lei estabelecem."

.....
"Artigo 20. - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

.....
f) nas restingas, como fixadoras de dunas ou estabilizadoras de mangues;"

Constituição da República Federativa do Brasil

TÍTULO VIII - Da Ordem Social
CAPÍTULO VI - Do Meio Ambiente
Artigo 255:

Parágrafo 4o. ... e a Zona Costeira são patrimônio nacional, e sua utilização far-se-á, na forma da lei, dentro de condições que assegurem a preservação do meio ambiente, inclusive quanto ao uso dos recursos naturais."

Legislação Ambiental Estadual de Santa Catarina

Lei No. 5.793, de 15 de outubro de 1980
Decreto No. 14.250, de 05 de junho de 1981, que regulamenta:

Art. 49 - Nas áreas de formação defensivas a erosão, fica proibido o corte de árvores e demais formas de vegetação natural, obedecendo os seguintes critérios:

- I -
- VI - nas restingas, como fixadores de dunas ou estabilizadora de mangues; e
- VII -

10.k. Tipo de habitat:

Lagoas

Corpos de água doce predominantemente presentes nas restingas e ocasionalmente mais para o interior em regiões onde o padrão de drenagem é caracterizado pelo escoamento difuso.

Espécies:

Acrostichum aureum, *Iypha dominicensis*, *Cladium jamaicense*, *Fimbristylis spadicosa*, *Elocharis mutata*, *Scirpus californicus*, *Scirpus olneyi*, *Scirpus robustus*, *Spartina alterniflora*, *S. densiflora*, *Paspalum vaginatum*, *Echinochloa* sp, *Sesuvium portulacastrum*, *Bacopa monnieri*, *Juncus acutus*, *Salicornia gaudichandiana*, *Crinum* sp.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Lei Federal No. 4.771, de 15 de setembro de 1965.

Artigo 20. - Consideram-se de preservação permanente, pelo só efeito desta lei, as florestas e demais formas de vegetação natural situadas:

- b) ao redor das lagoas, lagos e reservatórios d' água naturais ou artificiais.

Legislação Ambiental Estadual de Santa Catarina

Lei No. 5.793, de 15 de outubro de 1980

Decreto No. 14.250, de 05 de junho de 1981, que regulamenta:

Artigo 49 - Nas áreas de formação vegetais defensivas a erosão fica proibido o corte de árvores e demais formas de vegetação natural, obedecendo os seguintes critérios:

- I -
- II - ao redor das lagoas, lagos e reservatórios de água numa faixa de 100 metros.

10.l. Tipo de habitat:

Mangues

Os manguezais representam comunidades vegetais adaptadas a condicionantes climáticos atuantes nas zonas costeiras, geograficamente distribuídas entre latitudes inter-tropicais. Sua ocorrência está intimamente ligada aos solos lodosos, oriundos da deposição de sedimentos finos nos fundos de baías e nos estuários, sujeitos a influência das águas salobras.

O meio onde ocorrem é bastante salino em função da oscilação das marés, com baixos teores de oxigênio bastante instável, de topografia suave com presença de canal de escoamento com foz em delta ou em estuário em faixas litorâneas de baixa energia.

As espécies existentes são em número reduzido e estão adaptadas a se desenvolverem neste tipo de meio. São comuns as raízes, adventícias que servem de fixadores ao solo lodoso, ps. pneumatóforos, que são órgãos especiais para absorção de oxigênio, as folhas coriáceas que evitam a transpiração excessiva e a manutenção de pressão osmótica interna tal que evita a perda de água para o meio externo.

É um sistema que produz grande quantidade de matéria orgânica que é carregada pela maré para outras áreas e também serve como filtro biológico.

A fauna existente é dividida em dois grandes grupos: o primeiro é constituído por animais marinhos que vivem toda sua fase adulta nos mangues, principalmente moluscos e crustáceos; o segundo grupo é constituído por vários animais que se utilizam do mangue durante sua fase juvenil, assim como vários peixes que invadem os manguezais na maré alta.

Não obstante, os manguezais foram dizimados no período colonial para sua utilização como lenha. Ainda hoje estas práticas persistem e a situação de destruição é agravada por serem estes locais avidamente procurados para projetos de loteamentos que se realizam mediante obras de aterro e drenagem.

Espécies:

Mangue-vermelho (*Rhizophora mangle*), Mangue-siriuba (*Avicennia tomentosa*), Mangue-branco (*Laguncularia racemosa*), Algodão-da-praia (*Hibiscus tiliaceus*), Samambaia (*Acrostichum* spp).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as medidas descritas no item anterior 10.j., e também:

Legislação Ambiental Estadual de Santa Catarina

Lei No. 5.793, de 15 de outubro de 1980

Decreto No. 14.250, de 05 de junho de 1981, que regulamenta:

Art. 50 - Nos estuários fica proibido o corte de vegetação de formação de mangues.

10.m. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Praias

A ocorrência de vegetação está ligada aos solos arenosos litorâneos, sob a influência das marés, estando submetida a ação da salinidade. Por todo litoral a vegetação das praias se apresenta mais ou menos uniforme, quer fisionômica quer floristicamente.

Começa a aparecer na faixa atingida pela maré alta. Na zona onde as ondas só chegam esporadicamente, aparece vegetação de porte herbáceo na forma de tufo. Onde as ondas só atingem nas ocasiões de grande marés, apesar de a composição ainda ser pobre, o número de elementos é bem maior. O porte ainda é predominantemente herbáceo, porém mais desenvolvido, começando a surgir os primeiros subarbustos. Finalmente, onde a água do mar não chega, surgem os arbustos, onde também são encontradas orquídeas, bromélias e cactáceas, que se individualizam na paisagem por suas formas e pela beleza de suas flores.

Espécies:

Iresine portulacoides, Capim-de-areira (*Panicum racemosum*), Grama-da-praia (*Sporobolus virginicus*), Capim-da-praia (*Stenotaphrum secundatum*) Pinheiro-da-praia (*Remirea maritima*), Salsa-da-praia (*Ipomea pes-caprae*), Erva-capitão (*Hydrocotyle umbellata*), Gurir (*Allagoptera arenaria*), Maça-da-praia (*Chrysobalanus* spp), Feijão-da-praia (*Canavalia obtusifolia*), Mangue-da-praia (*Scaevola plumieri*), Carrapicho (*Acicarpa spathulata*).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item 10.j.

10.n. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Dunas

Geralmente as dunas aparecem logo após as praias, em direção ao interior, condicionadas à presença de estrutura arenosa grosseira e a ventos de direção constante. A vegetação tem papel importante em seu desenvolvimento e, particularmente, em sua fixação.

Constitui um meio extremamente arenoso e móvel, sob intenso calor e sob a influência constante dos ventos, onde só conseguem se estabelecer plantas pouco exigentes e portadoras de uma série de adaptações.

O estabelecimento da vegetação se dá nos períodos mais úmidos, muitas vezes, entretanto, sendo soterrada pela ação do vento. Sua fixação é fato sobejamente importante, pois a movimentação das mesmas tem acarretado problemas para as populações locais, o que é agravado pela retirada de sua vegetação.

Espécies:

Iresine portulacoides, *Spartina ciliata*, Salsa-de-praia (*Ipomoea pes-caprea*), Pinheiro-da-praia (*Remirea maritima*), Grama-da-praia (*Sporobolus virginicus*), Feijão-de-praia (*Canavalia obtusifolia*), Pitanga (*Eugenia pitanga*), *Allagoptera areária*.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item 10.j.

10.6. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Mar Interior

Área marítima com influência dos mangues e marismas próximas, sujeita a correntes decorrentes do movimento das marés, que serve de abrigo a fauna aquática e é visitada por aves marinhas. É muito utilizada pela população caiçara para a pesca onde são construídas armadilhas denominadas localmente de cercos.

Junto às porções de terra caracteriza-se como marisma ou pântano costeiro. Os marisma são resultantes de milhares de anos de nível marinho descendente e dos últimos séculos e décadas de nível marinho ascendente havendo inicialmente um avanço generalizado das costas e a seguir um processo de recuo ficando a maior parte das costas arenosas e eventualmente lamosas formando planícies litorâneas quaternárias.

Flora e fauna características apresentando alto grau de adaptações evolutivas e são de origem tanto marinha como de água doce e terrestre. São sistemas ecológicos dinâmicos abertos, importantes para a produtividade com temperaturas e salinidades variáveis, alta turbidez e características topográficas e, de superfície irregulares. Entre os vegetais se destacam nas pradarias submersas as gramíneas como o *Paspalum*, *Spartina* e o junco. Frequentam suas margens os jacarés, pacas e capivaras e nas águas a tainha (*Micid spp*) a manjuba e o pitu (camarão de água-doce). Rico em fito e zooplâncton, e microfauna bentônica.

Espécies:

Camardões de água doce: Pitu (*Macrobrachium carolinus*), camarão verdadeiro (*Macrobrachium acanthurus*), camarão-de-pata-grossa (*Macrobrachium birai*), camarão-de-pata-fina (*Macrobrachium*

petriniou), camarões de água salgado (*Macrobrachium* spp), caramão (*Penaeus paulensis*), polvo (*Octopus* spp), Lula (*Loligo brasiliensis*), mexilhão (*Perna-perna*), Ostra (*Crassostrea* spp), Tainha (*Mugil* spp), Robalo (*Centropomus undecimalis*), Bagre (*Tachysurus* spp), Badejo (*Myxeroperca* spp), Manjubas (*Engronilídeos* *Anchoviella* spp e *Anchova* spp), Botos (*Platanistídeos* e *Delfinídeos*).

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item anterior - 10.j.

10.p. Tipo de habitat:

DISTRIBUIÇÃO
Regional Local

Mar Aberto

A área abrange uma faixa marinha de largura e profundidade variável até o limite da cota batimétrica de 50 metros. O fundo marinho é essencialmente arenoso com presença de baixios marinhos gnássicos e bolsões de lama em áreas restritas.

Rico em algas calcáreas, floras e fauna bentônicas, com gradual empobrecimento da ictiofauna.

Espécies:

Chthamalus bisinuatus, *Crassostrea rhizophoral*, *Bastrocéleia radicans*.

Medidas pertinentes de controle ecológico e práticas de gestão:

Aplicam-se as mesmas medidas descritas no item 10.j. e também, Código de Pesca - Decreto Lei No. 221, de 28 de fevereiro de 1967.

11 FINALIDADE DA RESERVA DA BIOSFERA

(Traçar um círculo ao redor do número apropriado; o número 5 é o valor mais elevado)

- | | |
|--|-------------|
| - Conservar ecossistemas naturais, pouco descaracterizados: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Proporcionar bases jurídicas ou administrativas para a proteção e a gestão dos recursos: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Conservar <i>in situ</i> recursos genéticos específicos: | 5 4 3 2 1 0 |

- | | |
|---|-------------|
| - Efetuar pesquisas experimentais orientadas até a solução dos problemas vinculados à ordenação e conservação dos ecossistemas: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Vigiar a longo prazo o meio ambiente: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Fomentar o planejamento regional e o desenvolvimento rural integrado: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Fomentar a participação local no aproveitamento e na ordenação do uso do solo: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Fomentar a educação e a formação ambiental:
(da população local e dos visitantes) | 5 4 3 2 1 0 |
| - Gerar e partilhar conhecimentos relativos à conservação e à gestão da Biosfera: | 5 4 3 2 1 0 |

12 INTERESSE PARA A CONSERVAÇÃO

12.1 Espécies de particulares interesse para a conservação.

12.1.a Espécies vegetais ou animais do "Livro Vermelho" em perigo ou ameaçadas.

Fauna em extinção (portaria No. 1.522, de 19 de dezembro de 1989) da Mata Atlântica (Bernardes et alii, 1990). Esta listagem oficial das espécies ameaçadas de extinção no Brasil é usualmente utilizada como fonte do "Livro Vermelho" e deverá constar de sua próxima edição.

- * Endêmicas à Mata Atlântica presente na região.
- ** Endêmicas à região da Reserva da Biosfera proposta.

ANIMAIS

- 1.0 - Mammalia
- 1.1 - Primatas

- * Alouatta fusca (E. Geoffroy, 1912).
Família CEBIDAE. Nome popular: barbado, guariba, bugio.
- * Brachyteles arachnoides (E. Geoffroy, 1806)
Família CEBIDAE. Nome popular: miqui, mono-carvoeiro.

- * Callicebus personatus (E. Geoffroy, 1812)
Família CEBIDAE. Nome popular: guigó, sauá.
- * Callithrix aurita (Humboldt, 1812)
Família CALLITRICHIDAE. Nome popular: sagui-da-serra escuro

1.2 - Carnívora

Chrysocyon brachyurus (ILLIGER, 1811)
Família CANIDAE. Nome popular: guará, lobo-guará,
lobo-vermenho.

Felis concolor (Linnaeus, 1771)
Família FELIDAE. Nome popular: sussuarana, onça-parda.

Felis pardalis (Linnaeus, 1758)
Família FELIDAE. Nome popular: jaguatirica.

Felis tigrina (Schreber, 1758)
Família FELIDAE. Nome popular: gato-do-mato.

Felis wiedii (Schinz, 1821)
Família FELIDAE. Nome popular: gato-do-mato, maracajá.

Lutra longicaudis (Olfers, 1818)
Família MUSTELIDAE. Nome popular: lontra.

Panthera onca (Linnaeus, 1758)
Família FELIDAE. Nome popular: onça-pintada, canguçu, onça-
canguçu, Jaguar-canguçu.

Pteronuca brasiliensis (Gmelin, 1988)
Família MUSTELIDAE. Nome popular: ariranha.

1.3. Xenarthra

Bradypus torquatus (Illiger, 1811)
Família BRADYPODIDAE. Nome popular: preguiça-de-coleira.

Murmecephala tridactyla (Linnaeus, 1758)
Família MYRMECOPHAGIDAE. Nome popular: tamanduá-bandeira.

Priodontes maximus (Kerr, 1792)
Família DASYPODIDAE. Nome popular: tatu-canastra, tatuçu.

Cyclopes didactylus (Linnaeus, 1758)
Família MYRMECOPHAGIDAE. Nome popular: tamanduá.

1.4. Artiodactyla

- * Ozotocercus bezoarticus (Linnaeus, 1758)
Família CERVIDAE. Nome popular: veado-campeiro.

Tayassu pecari (Link, 1795)
Família TAYASSUIDAE. Nome popular: queixada.

1.5 Perissodactyla

Tapirus terrestris (Linnaeus, 1758)
Família: TAPIRIDAE. Nome popular: anta tapir.

1.6. Rodentia

Chaetomys subspinosus (Olfers, 1818)
Família ERETHIZONTIDAE. Nome popular: Ouriço-preto.

Wilfredomys venax (Thomas, 1928)
Família CRICETIDAE. Nome popular: rato-do-mato.

2.0. Aves

2.1. Tinamiformes

- * Crypturellus noctivagus (Wied, 1820)
Família TINAMIDAE. Nome popular: jaó-do-sul, zabelê, Juô.

- * Tinamus solitarius (Vieillot, 1819)
Família TINAMIDAE. Nome popular: macuco, macuca.

2.2 Ciconiformes

- * Trigrisoma fasciatum (Such, 1925)
Família AROEIDAE. Nome popular: socó-boi.

2.3. Falconiformes

- * Accipiter poliogaster (Temminck, 1824)
Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: tayatô-pintado,
gavião-pomba-grande.

Falco deiroleucus (Temminck, 1824)
Família FALCONIDAE. Nome popular: falcão-de-peito-vermelho.

Harpia harpyia (Linnaeus, 1758)
Família ACCIPITRIDAE. Nome popular: gavião-real, gavião-de-
penacho, viraçu-verdadeiro, cutucurim, harpia.

2.4. Galliformes

* Pipile jacutinga (Spix, 1825)
Família CRACIDAE. Nome popular: jacutinga.

Penelope pileata (Wagler, 1830)
Família: CRACIDAE. Nome popular: jacú-vermelho, jacú-assu)

2.5. Psittaciformes

Triclaria malachitacea (Spix, 1824)
Família PSITTACIDAE. Nome popular: sabiá-cica, araqu-aiava.

Anodorhynchus glaucus (Vieillot, 1816)
Família: PSITTACIDAE. Nome popular: arara-azul-pequena.

2.6. Cuculiformes

Neomorphus geoffroyi dulcis (Sneath, 1927)
Família CUCULIDAE. Nome Popular: aracuão, jacu-molambo,
jacu-porco, jacu-verde, jacu taquara.

2.7. Piciformes

Campephilus robustus (Lichtenstein, 1819)
Família PICIDAE. Nome popular: pica-pau-rei.

Jacamaralcyon tridactyla (Vieillot, 1817)
Família GALBULIDAE. Nome Popular: cuitelão, bicudo,
violeiro.

2.8. Passeriformes

Anthus nattereri (Solater, 1878)
Família MOTACILLIDAE. Nome popular: caminheiro-grande.

Cotinga maculata (Muller, 1776)
Família COTINGIDAE. Nome popular: crejoá.

* Dacnis nigripes (Pelzeln, 1856)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: sai-de-pernas-pretas.

* Lipaugus lanioides (Lesson, 1844)
Família COTINGIDAE. Nome popular: sabiá-da-mata-virgem,
sabiá-do-mato-grosso, sabiá-da-serra,
virussu, tropeiro-da-serra.

Marmotherula minor (Salvadori, 1867)
Família FORMICARIIDAE. Nome popular: choquinha.

Puroderus scutatus scutatus (Shaw, 1792)
Família COTINGIDAE. Nome popular: pvoa, pavão, povó,
pavão-do-mato.

Sporophila falcirostris (Temminck, 1820)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: papa-capim, cigarra-
verdadeira.

Sporophila frontalis (Verreaux, 1869)
Família EMBERIZIDAE. Nome popular: pichocho, papo-arroz.

Sporophila palustris (Barrows, 1883)
Família: EMBERIZIDAE. Nome popular: caboclinho-de-papo-
branco.

Sturnella defilippii (Bonaparte, 1851)
Família: ICTERIDAE. Nome popular: peito-vermelho-grande.

Xanthoerpes flavus (Gmelin, 1788)
Família: ICTERIDAE. Nome popular: pássaro-preto-de-veste-
amarela.

2.9 Phoenicopteriformes

Phoenicopus ruber (Linnaeus, 1758)
Família: PHOENICOPTERIDAE. Nome popular: ganso-do-norte,
ganso-cor-de-rosa, flamingo.

2.10 Caprimulgiformes

Eleothreptus anomalus (Gould, 1837)
Família: CARRIMULGIDAE. Nome popular: curiango-de-banhado.

2.11 Anseriformes

Cyanus melanocoruphus (Molina, 1792)
Família: ANATIDAE. Nome popular: pato-arminho, cisne-se-
pescoço-preto.

3.0. Reptilia

3.1. Chelonia

* Caiman latirostris (Daudin, 1802)
Família CROCODILIDAE. Nome popular: jacaré-de-papo-amarelo.

- 4.0. Insecta
4.1. Onychophora

** Peripatus acacioi (Marcus e Marcus, 1955)
Família PERIPATIDAE.

12.1.b. Espécies existentes na área de Mata Atlântica e
Ecossistemas Associados, oficialmente considerados em vias
de extinção:

(Portaria No. 06-N, de 15 de janeiro de 1992 - IBAMA)

VEGETAIS

PALMAE

Acanthococos emensis Toledo (São Paulo, Minas Gerais)

ANACARDIACEAE

Astronium urundeuva Engl (Minas Gerais, Bahia, Goiás,
Mato Grosso, Maranhão, Piauí)

Schinopsis brasiliensis Engl (Minas Gerais, Bahia, Rio
Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso, Maranhão,
Piauí)

MORACEAE

Brosimum glaucum Taubert. (Minas Gerais)

Dorstenia arifolia Lam. (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio
de Janeiro, São Paulo)

Dorstenia elata Hook. (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio
de Janeiro)

DICKSONIACEAE

Dicksonia sellowiana Hook. (Minas Gerais, Rio de Janeiro,
São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul)

BROMELIACEAE

Ecnoclea itatiaiae (Wawra) Baker (Minas Gerais, Rio de
Janeiro)

ORCHIDACEAE

Laelia longheana Reichbach (Minas Gerais)

Laelia pervinii (Lindl.) Paxt (Espírito Santo, Minas
Gerais, Rio de Janeiro)

Laelia virens Lindl. (Espírito Santo, Rio de Janeiro,
Minas Gerais)

MELASTOMATACEAE

Lavoisiera itambana DC. (Minas Gerais)

COMPOSITAE

Lychnophora ericoides Mart. (Goiás, Minas Gerais, São
Paulo)

LEGUMINOSAE
Melanoxylon brauna Schott. (Minas Gerais, Goiás, Bahia,
Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Mato Grosso,
Maranhão, Piauí)

LAURACEAE
Ocotea langsdorffii Mez. (Minas Gerais)

CHYSOBALANACEAE
Parinari brasiliensis (Schott) Hooken. (Rio de Janeiro,
Minas Gerais)

RUTACEAE
Pilocarpus trachylophus (Ceará, Piauí, Paraíba, Minas
Gerais)

SIMAROUBACEAE
Simaba floribunda St. Hill. (Minas Gerais)
Simaba suaveolens St. Hill. (Minas Gerais)

12.1.c. Variedades silvestres de espécies de importância econômica.

Aspidosperma spp (peroba), Copaifera langsdorffii (pau d'oleo), Machaerium spp (jacarandá), Ocotea spectabilis (canela), Cabrolea multijuga (canjerana), Ilex paraguariensis (congonha), Cedrela angustifolia (cedro), Vanillosmopsis erythropappa (candeia), Euterpe edulis (palmito doce)

12.1.d. Populações de plantas agrícolas tradicionais e/ou de variedades obtidas por seleção dos sistemas indígenas de produção:

Manihot utilissima (mandioca), Zea mays (milho), Musa paradisiaca (banana).

12.1.e. Animais domésticos nos sistemas tradicionais de produção:

Rebanho bovino = 200.000 cabeças
Rebanho suíno = 100.000 cabeças
Avicultura = 150.000 aves

12.1.f. Espécies de importância cultural ou comercial. Indique a utilização (ou as utilizações) dessas espécies:

Diversas ervas medicinais que eram usadas pelos indígenas estão incorporadas na cultura contemporânea, tendo em vista principalmente o movimento a favor da medicina natural.

12.1.g.Habitats de especial interesse para a conservação:

Todos os englobados pela área proposta.

13 FUNÇÃO LOGÍSTICA

(Traçar um círculo ao redor do número apropriado)

- | | | | | | | | |
|-------|---|---|---|---|---|---|---|
| 13.1 | Cooperação entre o lugar e o comitê Nacional para a MAB: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.2 | Cooperação com as autoridades encarregadas do planejaemnto e do desenvolvimento regional: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.3 | Cooperação com comunidades locais e com representantes das populações que vivem na reserva da biosfera e em seus arredores: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.4 | Cooperação com instituições que participam em pesquisa básica ou aplicada ou em atividades de vigilância: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.5 | Cooperação com insituições que participam na conservação <u>ex situ</u> de recursos biológicos: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.8 | Vigilância ou investigação comparada com uma reserva da biosfera ou lugar de investigação situados na mesma província biogeográfica ou zona ecológica: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.7 | Vigilância ou investigação comparadas com uma reserva da biosfera ou lugar de investigação situados na mesma província biogeográfica ou zona ecológica: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.8 | Lugar em que se realiza um projeto piloto ou um estudo comparado UNESCO-MAB reconhecidos no plano internacional: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.9 | Lugar em que se executa um projeto nacional do MAB: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.10 | Cooperação com uma reserva da biosfera em outras funções que a pesquisa e a vigilância: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| 13.11 | Órgão coordenador encarregado de integrar atividades científicas no lugar: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |

- 13.12 Lugar em que se realiza um projeto internacional de desenvolvimento (descrever o projeto no ponto 13.16): 5 4 3 2 1 0
- 13.13 Lugar em que se executa um projeto internacional de pesquisa além do MAB (descrever o projeto no ponto 13.16): 5 4 3 2 1 0
- 13.14 Número estimado de cientistas nacionais que participam da pesquisa no lugar: 150
- 13.15 Número estimado de cientistas estrangeiros que participam da pesquisa no lugar: 50
- 13.16 Utilizar o espaço disponível em continuação para descrever as atividades e os mecanismos importantes de coordenação das funções das reservas da biosfera:
- Plano de Proteção Ambiental do Alto Rio das Velhas - BID. MG
 - Projeto Paraíba do Sul - Cooperação Brasil França. MG
 - Projeto Rio Doce - Cooperação Brasil França. MG
 - Estratégias técnicas e políticas para gestão ambiental de bacias hidrográficas - FAPEMIG - Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais.
 - Projeto Microbacias BIRD. SC
 - Projeto Macrozoneamento Costeiro. SC
 - Gerenciamento Costeiro. RS
 - Tombamento de Mata Atlântica e Ecossistemas Associados - RS

14 PESQUISA E VIGILANCIA (marcar uma cruz onde corresponder)

14.1 Programa Geral:

- () Não há antecedentes de pesquisa, nem programa de vigilância e pesquisa.
- () Se utiliza ocasionalmente para a pesquisa, não conta com um programa permanente de vigilância e pesquisa.
- (X) Programa de pesquisa básica que não se concentra em questões vinculadas com a ordenação e o aproveitamento do solo.

- (X) Programa de pesquisa aplicada orientada para o ordenamento e aproveitamento do solo.
- (X) Programa integrado de pesquisa básica e aplicada destinado a apoiar os objetivos de ordenamento do lugar e a conservação sustentada na região.
- (X) Se considera que o lugar forma parte de um programa de vigilância a longo prazo de alcance nacional, regional ou internacional.

14.2 Informação sobre os recursos
(marcar uma cruz onde corresponder)

	Passada	ATIVIDADE Em curso	Programada
Informação geral:			
- fotografias aéreas:	(x)	(x)	()
- bibliografia:	(x)	(x)	()
- sistema de gestão de dados ecológicos:	()	(x)	()
- sistema de informação geográfica (automatizado):	()	(x)	(x)
- história do estudo científico:	(x)	()	()
- dados e mapas relativos à avaliação de risco:	()	(x)	()
- imagens de satélite e gravação de dados em fitas:	(x)	(x)	(x)
- mapa topográfico:	(x)	()	()
- mapa da vegetação e da cobertura vegetal:	(x)	()	()
Sistema aquático:			
- ecossistemas aquáticos, água doce:	(x)	(x)	()
- ecossistemas aquáticos, água do mar:	(x)	()	()
- mapas batimétricos	()	()	()

- dados hidrológicos, águas superficiais:	(x)	(x)	(x)
- dados hidrológicos, águas subterrâneas:	(x)	()	()
- estudos limnológicos:	(x)	()	()
- dados sobre a qualidade da água:	(x)	(x)	(x)
Atmosfera:			
- dados sobre a qualidade do ar:	(x)	()	()
- dados climatológicos:	(x)	(x)	(x)
- química das precipitações:	()	()	()
Inventário biológico:			
- inventário dos peixes:	(x)	(x)	()
- inventário dos mamíferos:	(x)	(x)	(x)
- inventário dos outros vertebrados:	(x)	(x)	(x)
- inventário dos invertebrados:	(x)	(x)	()
- inventário da fitoplancton:	(x)	(x)	()
- inventário dos macrofitos (zonas aquáticas):	(x)	(x)	()
- inventário das plantas não vasculares:	(x)	(x)	()
- inventário das plantas vasculares:	(x)	(x)	(x)
Geologia/solos			
- informação geomorfológica relativa às costas:	(x)	()	()
- mapa geológico:	(x)	()	()
- mapa e descrição dos solos:	(x)	(x)	()

Informação etnobiológica de índole sócio-econômica e cultural:

- história do aproveitamento do terreno e dos recursos hídricos:

(x) (x) (x)

- mapa do aproveitamento do terreno e das costas:

(x) (x) ()

Outras informações:

14.3 Atitidades de pesquisa:
(Marcar uma cruz onde corresponder)

	Passada	ATIVIDADE Em curso	Programada
Informação geral:		(x)	()
- deposição ácida:	()	(x)	(x)
- investigação agrícola:	(x)	(x)	(x)
- tecnologia rural apropriada:	(x)	(x)	(x)
- aquicultura/maricultura:	(x)	(x)	(x)
- estudos biológicos e coleta de amostras da flora e fauna:	(x)	(x)	()
- ciclos biogeoquímicos/fluxo de energia/produtividade:	()	(x)	()
- pesquisas ecológicas comparadas:	(x)	(x)	()
- antropologia cultural:	(x)	(x)	()
- sucessão ecológica:	(x)	(x)	()
- elaboração de modelos de ecossistemas:	()	(x)	()
- reconstituição de ecossistemas:	(x)	(x)	(x)
- efeitos dos contaminantes atmosféricos:	()	(x)	()
- efeitos das mudanças de nível do mar:	()	()	()
- efeitos dos contaminantes da água:	(x)	(x)	(x)

- efeito dos praguicidas:	(x)	(x)	()
- etnobiologia:	()	()	(x)
- espécies exóticas:	(x)	(x)	(x)
- antecedentes e efeitos dos incêndios:	(x)	(x)	(x)
- dinâmica das populações de peixes:	(x)	(x)	()
- investigações dasonômicas/silvicultura:	(x)	(x)	(x)
- gestão dos recursos genéticos:	(x)	(x)	(x)
- geomorfologia:	(x)	(x)	(x)
- ciclo hidrológico:	(x)	(x)	()
- limnologia e hidrobiologia:	(x)	()	()
- estudos sobre a recuperação de minas:	(x)	()	()
- pragas e enfermidades:	(x)	()	()
- oceanografia física:	(x)	()	()
- investigações sobre os pastos:	()	()	()
- espécies raras/em perigo:	(x)	(x)	(x)
- repercussão das atividades de recreação/turismo:	()	(x)	(x)
- elaboração de mapas dos recursos:	(x)	(x)	(x)
- avaliação de riscos:	()	(x)	(x)
- sedimentação:	(x)	()	()
- estudos de ciência social:	(x)	(x)	()
- solos, estudos e conservação:	(x)	(x)	()
- sistemas tradicionais de aproveitamento do solo:	(x)	()	()

- | | | | |
|--|-----|-----|-----|
| - investigações sobre as bacias hidrográficas: | (x) | (x) | (x) |
| - dinâmica das populações silvestres: | (x) | (x) | (x) |

Descrever outras atividades de pesquisa:

Diversos Projetos do 1o. Plano de Ação da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica.

Em elaboração o zoneamento da APA Cachoeira das Andorinhas.

Em elaboração o Plano Diretor da APA Serra de São José

Em execução a 2a. etapa do Projeto Macrozoneamento Costeiro

Atividade de Pesquisa de Fauna - identificação de aves no Parque Botânico do Morro do Baú.

Projeto Levantamento da Cobertura Florestal do Estado de Santa Catarina

Organização de um Banco de Dados na área da Floresta Atlântica

Macrozoneamento da região costeira do RS

Consolidação do tombamento da Mata Atlântica no RS

14.4 Serviços de pesquisa

Na relação abaixo discriminada, indique os serviços que existem na reserva da biosfera proposta:

- () Estação de vigilância da contaminação do ar
- (x) Estação de vigilância climatológica
- (x) Instalações para conferência/reuniões
- (x) Estação de vigilância hidrológica
- (x) Laboratórios
- (x) Biblioteca
- (x) Alojamento para cientistas visitantes. Quantos podem se alojar?
- (x) Apoio logístico para veículos de investigação apropriados (por exemplo, automóveis, jeeps, embarcações, aviões)
- (x) Microcomputadores
- () Outros computadores
- (x) Parcelas de vigilância permanente de lagos ou rios
- (x) Parcelas de vigilância permanente de comunidades béticas marinhas
- (x) Parcelas de vigilância permanente da vegetação
- (x) Vigilância de pequenas bacias e lugar(es) de pesquisa

- (x) Instalações de armazenamento e conservação de coleções biológicas e ambientais
- (x) Outras instalações e serviços.

Instalações em várias Unidades Governamentais localizadas em diversas regiões.

Formas(s) de acesso aos serviços de pesquisas:

Terrestre (veículos do Estado, linha de ônibus, particular), aérea (avião e helicóptero) e fluvial (barcos, lanchas e balsas).

Se não existem instalações na reserva da biosfera proposta, indique o nome e a localização do laboratório ou centro de pesquisa mais próximo que responda aos objetivos de reserva da biosfera:

15 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO
(marcar uma cruz onde corresponder)

Informação geral:	ATIVIDADE	
	Em curso	Programadas
- Educação ambiental para escolares e estudantes:	(x)	(x)
- Serviço de divulgação para a população local:	(x)	(x)
- Projetos de demonstração em matéria de conservação e aproveitamento racional dos recursos naturais:	(x)	(x)
- Projetos de investigação para graduados e pós-graduados:	(x)	(x)
- Programas explicativos para turistas:	(x)	(x)
- Formação profissional e seminários para cientistas:	(x)	(x)
- Formação profissional e instrumentos para administradores e planejadores de recursos:	(x)	(x)
- Formação de pessoal em matéria de gestão de zonas protegidas:	(x)	(x)
- Outras atividades: cursos de especialização e capacitação para técnicos que trabalham na área, de curta e longa duração, no exterior.		

16 POPULAÇÃO LOCAL E PARTICIPAÇÃO

16.1 Tipo de população que vive na reserva da biosfera proposta e em suas redondezas (marcar uma cruz onde corresponder):

- (x) agrícola
- (x) pescadores artesanais/pescadores de mariscos
- (x) habitantes de bosques
- () caçadores
- () nômades
- () pastores
- (x) urbana ou suburbana
- (x) outro tipo de população (favor especificar):

Garimpeiros

Grupo social cuja subsistência é a mineração artesanal de metais e pedras preciosas. Quase sempre exerce a atividade de forma clandestina, integrando a economia informal. Utiliza métodos de extração próprio e instrumental característico e rudimentar, a bateia, para lavagem das areias auríferas dos aluviões ou cascalhos diamantífero. Especialmente, sua área principal de distribuição está nas regiões nordeste e norte do Estado de Minas Gerais.

Artesão Ceramista

Grupo cultural que exerce de forma individual a arte de moldar peças decorativas ou utilitárias, utilizando como material a argila. De valorização recente, seu trabalho vem sendo divulgado e reconhecido sobretudo através de programas governamentais, dentre os quais, a SUDENE. Possui tradições culturais e expressão artística característica. Distribui-se localmente na bacia do Rio Jequitinhonha em Minas Gerais.

Açoriano

Grupo étnico descendente de portugueses, que ocupam a região litorânea desde a primeira metade do século XVIII. Historicamente dedicado à pesca artesanal e à agricultura tradicional não mecanizada e de subsistência.

Gaúcho Serrano

Grupo geo-econômico de descendência portuguesa, historicamente identificado desde o século XVIII, a partir da movimentação de tropeiros paulistas nesta região. Habitante típico da Região dos campos de Cima da Serra, tradicionalmente dedicado à pecuária.

Colono

Grupo cultural descendente de imigrantes europeus que ocupam, desde o início do século XIX, as regiões dos vales, encostas e topos da serra. Tradicionalmente dedicado à policultura de subsistência, em pequenas propriedades, em regime familiar.

16.2 Se populações indígenas vivem dentro da reserva da biosfera proposta ou em suas redondezas, descreva-as brevemente:

Índios Krenak

Grupo indígena remanescente dos índios conhecidos como Botocudos, oriundos do tronco dos Aimorés. Os Botocudos foram os índios mineiros que mais resistiram à colonização, vivendo em conflitos com o homem branco no século XIX. A tribo Krenak, localiza-se em Resplendor, no Vale do Rio Doce, em Minas Gerais, com uma população de 150 índios.

Índios Pataxó

Os Pataxó de Minas Gerais são descendentes dos Pataxó do Sul da Bahia (Reserva do Monte Pascoal - Aldeia Barra-Velha) e se fixaram em Minas Gerais no município de Carmésia (Vale do Aço) na Fazenda Guarani, há 20 anos. Os Pataxó vivem predominantemente de artesanato, trabalhando em madeira e sementes e, ainda, do extrativismo e agricultura de subsistência. A tribo de Carmésia possui uma população de 120 índios.

Índios Guarani

Grupo étnico descendente dos primeiros habitantes do continente que dominaram a região litorânea durante vários séculos, antes das descobertas européias, e que se conservam em diferentes grupos de aculturação, características de seu modo de vida original.

Índio Xokleng

Os índios xokleng são também conhecidos por outros nomes: botocudo, Bugres, Kaingang, Aweikoma e Xocren. Todos esses nomes foram dados por civilizados, pois o grupo não tem termo de auto-designação. Tradicionalmente, esses índios eram habitantes do planalto, onde tinham vida semi-sedentária e praticavam a agricultura do milho. A descida para a área de florestas que se situava entre o litoral e a encosta do planalto, deve ter

ocorrido em função de pressões exercidas por outros grupos tribais. Hoje uma comunidade composta por 600 indivíduos habitam no município de Ibirama numa área de cerca de 14.000 ha. em Santa Catarina.

16.3 Quantas pessoas aproximadamente vivem de maneira permanente em:

16.3.a Zona(s) núcleo: 200 (MG) 1.200 (SC) e 4.000 (RS)

16.3.b Zona(s) tampão: 30.000 (MG) 32.000 (SC) e 80.000 (RS)

16.3.c Zona(s) de transição: 400.000 (MG) 323.000 (SC) e 400.000 (RS)

16.4 Quantos visitantes aproximadamente (incluídos os turistas) visitam a cada ano a reserva da biosfera proposta:

1.000.000 (MG)

5.000.000 (SC)

3.000.000 (RS)

16.5 Vantagens para a população local:

V A N T A G E M
 Maior Menor

Informação geral:

() - não supõe praticamente vantagens para a população local:

- | | | |
|---|-----|-----|
| - oportunidades de emprego: | (x) | () |
| - oportunidades de educação e formação: | (x) | () |
| - incentivos e vantagens de caráter econômico: | (x) | () |
| - combustíveis, forragem ou alimentos: | (x) | () |
| - serviços sanitários e comunitários: | (x) | () |
| - assistência ao desenvolvimento rural: | (x) | () |
| - oportunidades de recreação e turismo: | (x) | () |
| - conservação dos solos e água: | (x) | () |
| - conservação dos cultivos tradicionais e das práticas tradicionais de aproveitamento dos recursos: | (x) | () |

- participação no planejamento e gestão da reserva da biosfera proposta:

(x) ()

Descrever, se houver, outras vantagens para a população local:

Oportunidade de disciplinar a ocupação do solo, até hoje feita, predominantemente, com prejuízos ao meio ambiente e população local.

17 UTILIZAÇÕES E ATIVIDADES:

17.1 Utilização e atividades na(s) zona(s) núcleo (marcar uma cruz onde corresponder):

- (x) coleção de amostras vegetais e/ou animais com finalidades científicas
- (x) inventários biológicos
- (x) vigilância a longo prazo do meio ambiente
- (x) educação ambiental
- (x) formação profissional
- () prática de gestão e conservação (por exemplo, queima controlada, colheita, controle das espécies silvestres)
- (x) recreação pública/turismo
- (x) pesca de peixes e de mariscos autorizada
- () caça com ou sem armadilhas autorizada

Favor detalhar as atividades que, em sua opinião, exercem sua influência muito negativa no estado de conservação da(s) zona(s) núcleo, por exemplo, caça e pesca furtivas, invasão por assentamentos, etc.:

Queimadas criminosas, desmatamento furtivo, inexistência ou ineficiência de Planos de Manejo.

17.2 Usos e atividades na(s) zona(s) tampão (traçar um círculo ao redor do número apropriado).

- | | | | | | | |
|--|---|---|---|---|---|---|
| - Atividades agrícolas: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| - Inventários biológicos: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| - Coleção de amostras vegetais e/ou animais com finalidades científicas: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| - Práticas de gestão da conservação (por exemplo, queima controlada): | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| - Destruição de habitats naturais terrestres: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |
| - Destruição de áreas úmidas: | 5 | 4 | 3 | 2 | 1 | 0 |

- Destruição de habitats naturais marinhos:	5 4 3 2 1 0
- Dragagem e terraplenagem:	5 4 3 2 1 0
- Educação ambiental:	5 4 3 2 1 0
- Pesca de peixes e/ou mariscos:	5 4 3 2 1 0
- Atividades florestais:	5 4 3 2 1 0
- Coleção de produtos naturais (por exemplo moluscos):	5 4 3 2 1 0
- Pastoreio:	5 4 3 2 1 0
- Assentamentos humanos:	5 4 3 2 1 0
- Caça com ou sem armadilhas:	5 4 3 2 1 0
- Desenvolvimento industrial:	5 4 3 2 1 0
- Vigilância a longo prazo do meio ambiente:	5 4 3 2 1 0
- Produtos marinhos/aquicultura:	5 4 3 2 1 0
- Exploração mineral:	5 4 3 2 1 0
- Exploração de petróleo e de gás:	5 4 3 2 1 0
- Caça e pesca furtivas:	5 4 3 2 1 0
- Formação profissional:	5 4 3 2 1 0
- Recreação/turismo:	5 4 3 2 1 0
- Desenvolvimento habitacional:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais terrestres:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de áreas úmidas:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais marinhos:	5 4 3 2 1 0
- Estabilização da linha de costa:	5 4 3 2 1 0
- Fomento do turismo:	5 4 3 2 1 0
- Serviços de transportes:	5 4 3 2 1 0
- Centros urbanos:	5 4 3 2 1 0
- Projetos de exploração dos recursos hídricos:	5 4 3 2 1 0

No espaço abaixo, proporcione informações adicionais sobre qualquer das atividades, antes mencionadas ou outras atividades que se realizam na zona tampão.

17.3 Utilização e atividades na(s) zona(s) de transição (traçar um círculo ao redor do número apropriado):

- | | |
|--|-------------|
| - Atividades agrícolas: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Inventário biológicos: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Coleção de amostras vegetais e/ou animais com finalidades científicas: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Práticas de gestão da conservação (por exemplo queima controlada): | 5 4 3 2 1 0 |
| - Destruição de habitats naturais terrestres: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Destruição de áreas úmidas: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Destruição de habitats naturais marinhos: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Dragagem e terraplanagem: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Educação Ambiental: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Pesca de peixes e/ou mariscos: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Atividades florestais: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Coleção de produtos naturais (por exemplo, moluscos): | 5 4 3 2 1 0 |
| - Pastoreio: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Assentamentos humanos: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Caça com ou sem armadilhas: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Desenvolvimento industrial: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Vigilância a longo prazo no meio ambiente: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Produtos marinhos/aquicultura: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Exploração mineral: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Exploração de petróleo e de gás: | 5 4 3 2 1 0 |
| - Caça e pesca furtivas: | 5 4 3 2 1 0 |

- Formação profissional:	5 4 3 2 1 0
- Recreação/turismo:	5 4 3 2 1 0
- Desenvolvimento habitacional:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais terrestres:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de áreas úmidas:	5 4 3 2 1 0
- Reconstituição ou reabilitação de habitats naturais marinhos:	5 4 3 2 1 0
- Estabilização da linha de costa:	5 4 3 2 1 0
- Fomento do turismo:	5 4 3 2 1 0
- Serviços de transportes:	5 4 3 2 1 0
- Centros urbanos:	5 4 3 2 1 0
- Projetos de exploração dos recursos hídricos:	5 4 3 2 1 0

No espaço abaixo, proporcione informação adicional sobre as atividades antes mencionadas ou outras atividades que se realizam na zona de transição:

Conforme citado no item 16.1.

Se tiver indicado atividades agrícolas, enumere os cultivos que se praticam atualmente:

Culturas permanentes e culturas temporárias, tais como: milho, feijão, mandioca, soja, cana-de-açúcar, café, arroz, etc.

Se tiver indicado atividades florestais, enumere as espécies que atualmente se plantam e/ou se exploram de modo intensivo:

Eucaliptus spp, Pinus spp e Acacia spp.

Se tiver indicado o pastoreio, descreva os animais que pastam, o tipo de vegetação com que são tratados, e as práticas de criação de gado.

ANIMAIS	TRATOS
Bovinos.	capim gordura, capim braquearia criação extensiva
Suínos	milho
Ovinos	pastagem
Equinos	milho, cana-de-açúcar

18 PESSOAL

18.1 O pessoal da reserva da biosfera proposta está composta por: 320 pessoas no total.

18.2 Número de membros do pessoal dedicado a gestão administrativa, de controle e de recursos: 300

18.2.a Com formação universitária: 130

18.2.b De outra índole: 170

18.3 Número de membros do pessoal dedicado à educação, à demonstração e à formação: 80

18.4 Número de membros do pessoal dedicado à pesquisa: 125

18.4.a Titulares de doutorado ou diploma equivalente: 25

18.4.b Outros diplomas universitários: 100

18.4.c Pessoal empregado de apoio técnico à pesquisa: 80

18.4.d Polícia Florestal: 700 homens

19 APOIO TÉCNICO E FINANCEIRO

19.1 Fontes

- (x) As atividades recebem apoio de distintas fontes
- () as atividades recebem apoio só de uma autoridade administrativa central
- () As atividades recebem apoio unicamente de uma autoridade administrativa local
- () As atividades recebem uma assistência especial da população local. Favor especificar:
- (x) Fontes internacionais
Favor enumerar as fontes internacionais (UNESCO, PNUMA, FAO, UICN, Fundo Mundial da Natureza, etc.), assim como os projetos a que prestam assistência

WWF - World Wildlife Fund (diversos projetos de conservação)

UICN - International Union for the Conservation of Nature and Natural Resources (Projetos de Áreas Úmidas grupo de trabalhos para áreas da UNESCO na América do Sul).

BIRD - World Bank (Programa Nacional do Meio Ambiente).

TNC - The Nature Conservancy (Projeto integrado de desenvolvimento sustentado).

KFW - Kreditanstalt für Wiederaufbau - Proteção a Áreas Naturais.

G-7 - Grupo dos 7 países mais ricos.

GEF - Global Environmental Facility.

19.2 Orçamento:

O atual orçamento anual de funcionamento da reserva da biosfera proposta em moeda local é de aproximadamente:

Cr\$3.500.000.000,00

20 DESIGNAÇÕES ESPECIAIS

- (x) Lugar do Patrimônio Mundial (cidade de Ouro Preto-MG)
- () Lugar da Convenção RAMSAR
- () Lugar de investigação do Programa Biológico Internacional
- (x) Outras. Favor especificar.

- (x) Enumerar as demais designações especiais a nível nacional ou outro nível e descrever brevemente o propósito da(s) designações: Patrimônio Estadual - Patrimônio Nacional - Instituição, a seguir:

Patrimônio Nacional e Estadual

São os Monumentos Naturais bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger, pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana e o conjunto de bens de excepcional valor arqueológico ou etnográfico.

Parques Nacionais e Parques Estaduais

Se destinam a preservar áreas naturais ou pouco alteradas, abrangendo paisagens, ecossistemas e/ou sítios geológicos de grande interesse para atividades científicas, educacionais e recreativas, realizadas em obediência a Planos de Manejo.

Estações Ecológicas

São áreas representativas de ecossistemas brasileiros, destinadas à realização de pesquisas básicas e aplicadas de ecologia, proteção do ambiente natural e ao desenvolvimento da educação ambiental. As pesquisas que modificam os ecossistemas naturais não podem ser realizadas em áreas previamente delimitadas com base em estudos ecológicos que não ultrapassem 10% da área total até o máximo de 1.500 ha.

Área de Proteção Ambiental - APA

São porções do território nacional e águas jurisdicionais de configuração e dimensões variáveis, submetidas a modalidades de manejo diversas, podendo compreender ampla gama de paisagens naturais, semi-naturais ou alteradas, com características notáveis e dotadas de atributos bióticos e abióticos, estéticos ou culturais que exijam proteção para assegurar o bem-estar das populações humanas, resguardar ou melhorar as condições ecológicas locais, manter paisagens e atributos naturais ou culturais importantes, ou experimentar técnicas e atitudes que permitam conciliar o uso da terra com a manutenção dos processos ecológicos essenciais. As APAs podem incluir sub-áreas sob proteção integral e atuar como zona tampão para proteger outras categorias de Unidades de Conservação.

Tombamento de Áreas Naturais

São áreas ou monumentos naturais cuja conservação é de interesse público, turístico ou paisagístico. Inscrita no livro do Tombo, essas áreas passam a ter restrições de uso de modo a garantir a conservação de suas características originais. São trechos contínuos do território nacional, inclusive suas águas territoriais, a serem preservados e valorizados no sentido cultural e natural e destinados à realização de planos e projetos de desenvolvimento turístico.

Reservas Particulares

São áreas particulares que, com base no Código Florestal e Decreto Federal No. 98.914, de 31/01/90, são submetidas a restrições de uso para proteção de seus atributos naturais, quer compulsoriamente quer voluntariamente.

Reservas Indígenas

São áreas pertencentes às comunidades indígenas de acordo com o artigo No. 238 da Constituição Federal que garante seu habitat, posse e cultura de acordo com suas tradições. São imemoriais, Regularizadas pelo Governo Federal através de Decretos, excluindo outras presenças humanas.

Reserva Extrativista

Áreas naturais ou pouco alteradas, ocupadas por grupos sociais que tenham como fonte de sobrevivência a coleta de produtos da flora nativa, e que a realizem segundo formas tradicionais de atividades econômicas puramente extrativistas e de acordo com Planos de Manejo pré-estabelecidos. A característica fundamental da categoria é facultar, através de uso sustentável, a manutenção de população que vivam do extrativismo, contabilizando-a com a conservação de estas áreas naturais.

21 DOCUMENTOS COMPLEMENTARES

21.1 Referências principais:

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AB'SABER, A.N. Os Domínios Morfoclimáticos na América do Sul. São Paulo, USP. Instituto de Geografia, 1977. V.52.21p., il.

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE GEOLOGIA DE ENGENHARIA - Simpósio Situação Ambiental e Qualidade de Vida na Região Metropolitana de Belo Horizonte - MG, Belo Horizonte - MG, 1985.
- BERNARDES, Aline T, Angelo B. M. Machado, Anthony B. Rylands. Fauna Brasileira Ameaçada de extinção. Fundação Biodiversitas para a Conservação da Diversidade Biológica, Belo Horizonte - MG, 1990, 62p.
- CAMPOS, Luiz Phelippe Gonzaga. Mappa Florestal do Brasil. Secretário do Meio Ambiente de São Paulo (Edição fac-similar), 1987.
- COPASA MG. Proteção Ambiental do Manancial Abastecedor da Região Metropolitana de Belo Horizonte - Sistema Rio das Velhas. 13o. Congresso Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, Maceió - Alagoas. Agosto 1985.
- EITEN, G. Classificação da Vegetação do Brasil. Brasil, CNPq - Coordenação Editorial, 305p., il., 1983.
- FUNDAÇÃO CENTRO TECNOLÓGICO DE MINAS GERAIS/CETEC. Diagnóstico Ambiental do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1983. IV Série de Publicações Técnicas, 10.
- GOLFARI, Lamberto. Zoneamento Ecológico do Estado de Minas Gerais para Reflorestamentos. Belo Horizonte, Centro de Pesquisa da Região do Cerrado, 1975. 65p. il. (série técnica, 3).
- JOLY, A. B. Conheça a Vegetação Brasileira. EDUSP e Polígono. São Paulo, 1970.
- KLEIN, R. M. Aspectos Fitofisionômicos da Mata Pluvial da Costa Atlântica do Sul do Brasil. Boletim de 1a Sociedad Argentina de Botânica 9:121-140. 1961.
- KLEIN, R. M. Árvores Nativas de Mata Pluvial da Costa Atlântica de Santa Catarina. Anais do Congresso Florestal Brasileiro, Curitiba - Paraná, pags.65-103. 1968.
- MELLO BARRETO, H. L. Regiões Fitogeográficas de Minas Gerais. Boletim Geográfico. 130:14-28, 1956.
- PLAMBEL. Projeto Bacia do Rio das Velhas - Proposta para Preservação dos Sistemas de Abastecimento d'Água do Rio das Velhas. Belo Horizonte, 1986.
- REITZ, P. R. Vegetação da Zona Matitima de Santa Catarina. Sellowia 13:17-115. 1961.
- RIZZINI, C. T. Tratado de Fitogeografia do Brasil. São Paulo, HUCITEC/EDUSP, V.2, 374p., il.

SAINT-HILAIRE, A. Quadro da Vegetação Primitiva da Província de Minas Gerais. Boletim Geográfico. 31:1277-1291, 1949. (Nouvelles Annales de Voyage, 1831).

21.2 Mapas

21.2.a Mapa geral de localização: em anexo, escala 1:1.000.000

21.2.b Mapa de zoneamento da reserva da biosfera: em anexo, escala 1:250.000

21.2.c Mapa da Vegetação ou da cobertura vegetal: 1:5.000.000

21.3 Documentos jurídicos (favor relacionar):

Além dos já citados no item 5 e 10:

Legislação Federal:

- Portaria No. 06-N, de 15 de janeiro de 1991 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - Lista as Espécies de Flora Brasileira Ameaçada de Extinção.
- Portaria No. 1.522, de 19 de dezembro de 1989 do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA - Lista as Espécies da Fauna Brasileira Ameaçada de Extinção.

Legislação do Estado de Santa Catarina

- Lei No. 5.793, de 15 de outubro de 1980.

21.4 Planos de ordenação e aproveitamento do terreno (favor enumerá-los):

Plano de Manejo do Parque Estadual do Rio Doce (MG)

Planos de Manejo APAs (MG)

Macrozoneamento do litoral norte do Estado RS

Projeto Pró-Guaíba (RS)

21.5 Relação de espécies:

Já citado nos ítems 10 e 12

22 FUTURAS AÇÕES E ATIVIDADES PREVISTAS:

- (x) Reconhecimento da condição de reserva da biosfera nos sinais de entrada.
- (x) Exibição pública do certificado de designação de reserva da biosfera.
- (x) Cerimônia de inauguração.
- (x) Acordos cooperativos ou outros mecanismos de coordenação destinados a fomentar as utilizações científicas.
- (x) Participação numa rede regional, nacional e/ou internacional de vigilância.
- (x) Estabelecimento de uma estação de investigação de reserva da biosfera.
- (x) Execução de um projeto integrado de investigação.
- (x) Preparação do plano da reserva da biosfera.
- (x) Incorporação dos objetivos da reserva da biosfera nos processos de planejamento em curso.
- (x) Definição das atividades da reserva da biosfera nos programas e orçamentos.
- (x) Estabelecimento de mecanismos para melhorar a coordenação com a população local.
- (x) Elaboração de um projeto modelo de desenvolvimento sustentado.
- () Estabelecimento de um organismo de coordenação nacional encarregado das reservas da biosfera.
- (x) Rápida posta em marcha de um mecanismo para que a população local participe na adoção de decisão relativas à reserva da biosfera.

Outras:

23 ENDEREÇO POSTAL EXATO DA ADMINISTRAÇÃO LOCAL DA RESERVA DA BIOSFERA PROPOSTA:

Nome da administração local: Consórcio Mata Atlântica (como instituição representante do Conselho de Coordenação)

Av.: 9 de Julho, No. 4877 - 8o. andar

Cidade CEP: São Paulo - Cep 01407-902

País: Brasil

Número de telex e/ou telefone: Telex - (11) 36621/38624 SMA
Telefone - (55-11) 853-5905
Telefax - (55-11) 822-5468

24 DECLARAÇÃO DE ADESAO AO PLANO DE AÇÃO PARA AS RESERVAS DA BIOSFERA

Certificamos que as autoridades administrativas encarregadas do planejamento e gestão da reserva da biosfera proposta assumem suas responsabilidades de trabalhar para alcançar os objetivos definidos no Plano de Ação para as Reservas da Biosfera; de preparar as correspondentes diretrizes para sua gestão, segundo as necessidades; e de participar da Rede Internacional de Reservas da Biosfera e no Sistema de Informação do MAB.

25 APOIO

25.1 Formulários de proposta, ou carta de apoio, incluída uma aceitação das responsabilidades, enviadas pela autoridade encarregada de cada zona administrativa localizada dentro da reserva da biosfera proposta.

25.1.1. Governo do Estado de Minas Gerais.

25.1.2. Governo do Estado de Santa Catarina

25.1.3. Governo do Estado do Rio Grande do Sul

OBS.: Sistema de Administração:

A gestão da Reserva se estrutura através de um Conselho que conta com a participação de membros governamentais e da sociedade civil em número paritários responsável pelas principais diretrizes. É composto por câmaras técnicas que atendem às necessidades de integração regional, e pelos Comitês Estaduais, que respondem pela execução dos trabalhos referentes à implantação dos projetos. Os órgãos federais e estaduais permanecem encarregados do gerenciamento das áreas protegidas sob sua jurisdição.

25.2. Firma (Em nome do Comitê Nacional para o MAB)

Nome Completo: Carlos Alberto de Azevedo Pimentel

Cargo: Presidente do Comitê Brasileiro do MAB

Data:

Equipe que elaborou a Proposta da reserva da Biosfera Fase III.

COORDENAÇÃO: Octávio Elísio Alves de Brito
José Pedro de Oliveira Costa

Minas Gerais

COORDENAÇÃO: Marli Meiretes Pereira
Mônica Torrent Lanna

EQUIPE TÉCNICA: Regina Maia Guimarães
Regina Maria de Fátima Camargos
Sueli Coelho Leão
Vânia Cerqueira Barbosa

Santa Catarina

COORDENAÇÃO: Jucélia Cardoso
Selma Mattos Dinis
Luiz Nogueira Palma

EQUIPE TÉCNICA: Cesar de Melo Cardoso
Márcia Regina Batista
Oldemar Alberto Westphal

Rio Grande do Sul

COORDENAÇÃO: Sílvia Mara Pagel
Maria Isabel Stumpf Chiappetti

EQUIPE TÉCNICA: Carmem Marília Franco
Luís Rios de Moura Batista
Eunice Focchi
Eliane Rodrigues Domingues